

Déborah Maria Labandeira

**A apropriação/incorporação da língua inglesa pelo/no
discurso empresarial: uma análise discursiva**

Passo Fundo

2008

Déborah Maria Labandeira

**A apropriação/incorporação da língua inglesa pelo/no
discurso empresarial: uma análise discursiva**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Letras, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Evandra Grigoletto.

Passo Fundo

2008

A Deus, pela força e segurança nos momentos em que me encontrava abatida.

Ao meu esposo, Carlos Henrique, pelo incentivo e apoio permanente, que me permitiram prosseguir nesta caminhada.

À minha filha Martina, minha fonte de inspiração.

Aos meus pais, Vanderlei e Maria Helena, que são minhas mais fortes referências ao longo da vida.

À minha orientadora, professora Dr^a. Evandra Grigoletto, pela dedicação, responsabilidade, carinho e paciência nos momentos de partilhar seu conhecimento.

À minha sogra, Maria Luísa, e minha sobrinha, Karen, pelos cuidados com a Martina, nos momentos em que não pude estar presente.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar os efeitos de sentido produzidos pela apropriação/incorporação que o discurso empresarial faz de palavras ou expressões em língua inglesa. Para isso, selecionamos um corpus constituído por textos publicados na Revista Exame e na Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios, no período de março a dezembro de 2006.

Procuramos analisar, nos discursos dessas revistas, se as palavras ou expressões em inglês são consideradas estrangeirismos ou empréstimos lingüísticos e se ocorre uma apropriação ou incorporação desses elementos pelo discurso empresarial. Além disso, identificamos a presença de uma ideologia dominante no discurso empresarial e verificamos como acontece a determinação dos sujeitos que participam da constituição desse discurso.

O trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, construímos uma trajetória que contempla Saussure, Benveniste, Bakhtin e Pêcheux, acerca da língua(gem). No segundo capítulo, discorremos sobre conceitos mobilizados pela teoria da Análise do Discurso Francesa (AD), tais como discurso e condições de produção, interdiscurso e intradiscurso, sujeito e ideologia, formação discursiva, designação e silêncio. Finalmente, no terceiro capítulo, apresentamos as análises das seqüências discursivas. O discurso empresarial, no que se refere às designações em inglês, ora se apropria delas, ora as incorpora, atendendo, assim, aos interesses do capitalismo dominante.

Palavras-Chave: discurso empresarial, apropriação, incorporação, ideologia.

ABSTRACT

The present work has the objective to investigate the meaning effects produced by the appropriation/incorporation that the business speech makes of words or expressions in the English language. In order to do that, we have selected a corpus constituted by texts published in the Exame Magazine and in Pequenas Empresas & Grandes Negocios Magazine, in a period from March to December of 2006.

We tried to analyze, in the speeches of these magazines, if the words or expressions in English are considered foreign words or linguistic lending and if it happens an appropriation or incorporation of these elements by the business speech. Besides that we identified the presence of a dominant ideology in the business speech and we verified how it happens the determination of the subjects that participate of the constitution of this speech.

The work was divided in three chapters. In the first chapter we built a trajectory, which regards Saussure, Benveniste, Bakhtin and Pêcheux about language. In the second chapter, we ran over about concepts mobilized by the theory of the french Speech Analysis, such as speech and production conditions, interspeech and intraspeech, subject and ideology, speech formation, designation and silence. Finally, in the third chapter, we introduce the analyses of the speech sequences. The business speech, concerning the designations in English, sometimes appropriates them, sometimes incorporate them, attending to the interests of the dominant capitalism.

Keywords: business speech, appropriation, incorporation, ideology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1 CONCEITUANDO LÍNGUA(GEM)	11
1.1 A Língua(gem) e o Estruturalismo Saussureano	12
1.2 A Língua(gem) e a Enunciação em Benveniste.....	15
1.3 A Língua(gem) e a Enunciação em Bakhtin.....	17
1.4 A Língua(gem) na Análise do Discurso de Pêcheux	23
1.4.1 O Real da Língua.....	24
1.4.2 O Real da História	25
1.4.3 O Par Língua/Discurso	26
2 DISCUTINDO A TEORIA	30
2.1 Discurso e Condições de Produção	31
2.2 Interdiscurso e Intradiscurso.....	33
2.3 Sujeito e Ideologia	34
2.4 Formação Discursiva	39
2.5 Designação e Silêncio.....	41
3 MERGULHANDO NAS ANÁLISES	45
3.1 Imperialismo Econômico e Lingüístico.....	45
3.1.1 Empréstimo Lingüístico X Estrangeirismo	50
3.1.2 Condições de formação dos discursos empresarial e jornalístico.....	53
3.1.3 O lugar discursivo do jornalista especialista em economia.....	56
3.2 A Constituição do Corpus	58

3.2.1 As análises	59
3.2.1.1 Recorte 1 – Designação Private Equity	59
3.2.1.2 Recorte 2 – Designações Headhunting / Headhunter	63
3.2.1.3 Recorte 3 – Designação Boom	66
3.2.1.4 Recorte 4 – Designação Fashion	68
3.2.1.5 Recorte 5 – Designação Performance.....	69
3.2.1.6 Recorte 6 – O lugar discursivo do jornalista especialista em Economia....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

INTRODUÇÃO

A influência política, econômica e cultural dos Estados Unidos começou a se propagar depois do fim da Segunda Guerra Mundial, o que se traduziu na difusão mundial do inglês.

De acordo com Le Breton (2005), a partir daí, o uso do inglês não parou de se expandir. As estruturas governamentais, judiciárias e universitárias permanecem marcadas pelo inglês, especialmente nos países que não possuem uma língua nacional.

Para Lacoste (2005), o inglês se propaga no plano mundial como a língua da globalização. Essa mundialização do inglês americano acontece também por meio de uma série de fenômenos culturais: o cinema americano e as produções musicais, que são, dia e noite, difundidas por emissoras de rádio e de televisão do mundo inteiro.

A língua inglesa refletiu e consolidou os avanços políticos e econômicos, inicialmente da Inglaterra, atualmente dos Estados Unidos. Segundo Le Breton (2005), o inglês é a língua do progresso, da ciência, da pesquisa; a língua da inovação, da conquista material; a língua da riqueza; a língua dos homens que são seguros de si e que podem ser tomados como modelo.

Para Rajagopalan (2002), a língua inglesa tornou-se um grande negócio no Brasil e também no resto do mundo. É cada vez maior o número de falantes de inglês e a língua está inserida em praticamente todos os setores da vida. Prova disso é a grande proliferação de escolas de idiomas em todo o país e também as inúmeras empresas multinacionais que exigem o conhecimento de inglês quando abrem vagas de trabalho. Os profissionais da área de administração realmente acreditam que o conhecimento da língua está diretamente vinculado ao sucesso profissional.

Os professores de língua inglesa procuram estar atentos a essas discussões acerca da língua e chamou-nos a atenção o grande número de palavras e expressões que são usadas em inglês por economistas e empresários brasileiros. Palavras como *private equity*, *headhunters*,

prime rate, *outplacement*, são usadas de maneira tão corriqueira como se pertencessem à língua materna.

Esperamos, através desse trabalho, levantar alguns questionamentos e contribuições acerca do discurso empresarial e da apropriação/incorporação que ele (o discurso) faz das palavras e expressões em inglês.

Acreditamos que o uso dessas palavras e expressões em inglês são um indicativo do grande poder de influência da economia norte-americana na economia nacional, uma vez que os Estados Unidos são um país desenvolvido e um dos líderes da economia mundial.

Segundo Ribeiro (2003), a influência dos Estados Unidos no panorama econômico brasileiro é notória e sabe-se que fatos que acontecem nesse país podem influenciar positivamente ou negativamente a economia do Brasil.

Ribeiro (2003) afirma que isso acontece, pois estamos vivenciando o fenômeno da globalização. Devido à integração que ocorre entre as economias dos países, mudanças em um país têm influência em todos os outros, pois há uma reação em cadeia sentida por todos. Quando um país tem problemas e se apresenta economicamente instável, os investidores tendem a retirar dele seus investimentos e colocá-los em países que apresentam retorno mais seguro, como os Estados Unidos. Portanto, numa economia globalizada, a quebra de um país pode levar outros a quebrarem também.

Então, baseada nessa dominação econômica que sofremos dos norte-americanos, passamos a nos questionar se ela não acontece também na nossa língua materna, mais especificamente na linguagem do mundo empresarial. Assim, defrontamo-nos com o seguinte problema para investigar: ocorre uma apropriação ou incorporação das palavras em inglês pelo discurso empresarial? Como o discurso empresarial se apropria/incorpora a língua inglesa e que efeitos de sentido ele produz nesse discurso? Quem são os sujeitos que se inscrevem no discurso empresarial? Podemos considerar que os termos em inglês são de fato estrangeirismos, uma vez que sua grafia, na maioria das vezes, não aparece destacada em itálico ou negrito nos textos?

Nesse sentido, a pesquisa tem por objetivo investigar os efeitos de sentido produzidos pela apropriação/incorporação que o discurso empresarial faz de palavras ou expressões em língua inglesa e analisá-los segundo os princípios da Análise do Discurso Francesa, cujos principais representantes são Michel Pêcheux e Eni Orlandi, que foi a precursora dessa teoria no Brasil.

Buscamos, também, através dessa pesquisa:

- Verificar como se dá a apropriação/incorporação de palavras e expressões em inglês pelo/no discurso empresarial.
- Examinar, no discurso empresarial, os silenciamentos de diferentes posições-sujeito produzidos pelas designações.
- Verificar como se dá a determinação dos sujeitos que fazem parte da constituição do discurso empresarial.
- Identificar a materialidade da ideologia dominante no discurso empresarial.
- Analisar os efeitos de sentido produzidos no discurso empresarial pela apropriação ou incorporação de palavras e expressões em inglês.

Os procedimentos metodológicos que viabilizaram este trabalho estão baseados em pesquisa bibliográfica, com o objetivo de aprofundar a fundamentação teórica e a aplicação desta fundamentação no corpus coletado. O corpus analisado baseou-se em textos publicados na revista Exame (publicação quinzenal da Editora Abril) e na revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios (publicação mensal da Editora Globo). A partir desse corpus, foi feita uma seleção das seqüências discursivas que consideramos relevantes e representativas para os objetivos que estamos buscando.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, foi construída uma trajetória a respeito da língua(gem), que vai desde Saussure, passando por Benveniste, Bakhtin até chegar em Pêcheux. No segundo capítulo, consta a fundamentação teórica acerca da Análise do Discurso (AD), pois é sob essa perspectiva que o corpus é analisado. Por fim, o terceiro capítulo apresenta as análises dos recortes discursivos. É nesse capítulo que mobilizamos os conceitos sobre os quais discorreremos nos pressupostos teóricos.

Quando realizamos um estudo, nosso desejo como pesquisadores é de que nosso trabalho seja lido e discutido por outras pessoas, pois só assim nossos objetivos são alcançados. Nesse sentido, acreditamos na relevância do tema abordado no presente trabalho e não temos dúvida de que o mesmo receberá a atenção de professores de língua, empresários, economistas ou até mesmo dos leitores das revistas analisadas que poderão, assim, compreender por que o discurso empresarial se apropria e incorpora palavras e expressões da língua inglesa.

Os professores de língua inglesa são freqüentemente acusados de serem subservientes ao imperialismo norte-americano e precisam urgentemente buscar uma atitude diante do

ensino do inglês. Essa atitude não precisa ser de submissão, mas sim de conhecimento da ideologia que se encontra por trás da expansão da língua inglesa nos mais variados setores.

Sob essa perspectiva, acreditamos que a leitura desse trabalho possa colaborar para que nós, professores de inglês, reflitamos sobre alguns aspectos relacionados ao ensino da língua inglesa, pois, conforme diz Rajagopalan (2005), o professor de língua estrangeira está aí para dar poder ao aprendiz de língua estrangeira, auxiliando-o a dominar a língua sem se deixar ser dominado por ela.

1 CONCEITUANDO LÍNGUA(GEM)

A linguagem sempre exerceu um certo fascínio sobre o homem, permitindo-lhe nomear, criar e transformar o universo real, bem como trocar experiências, uma vez que não existe sociedade sem linguagem.

A linguagem humana é uma instituição social que constitui o homem e é passada de uma geração para a outra. Para os estudiosos da linguagem, não há língua melhor ou pior, rica ou pobre. Todas as línguas naturais possuem os recursos necessários para a comunicação entre seus falantes.

O desenvolvimento dos estudos lingüísticos e a visão investigativa diante da linguagem humana levou muitos estudiosos a apresentarem diversas concepções de linguagem.

Na construção deste capítulo, buscamos mostrar como a língua(gem) é tratada pelas principais teorias lingüísticas, procurando sempre estabelecer um contraponto entre essas teorias, apontando onde elas se aproximam e onde se afastam. A língua(gem) é um fenômeno complexo e, ao mesmo tempo, pode ser instigante e desafiador. Em razão disso, é fundamental que tenhamos clareza a respeito das diferentes concepções de língua(gem) e possamos, assim, justificar a escolha da teoria que embasa nosso trabalho, mostrando o tratamento que cada um desses autores (Saussure, Benveniste, Bakhtin e Pêcheux) dão, não só à língua(gem), mas também ao sujeito e ao sentido.

Por esse motivo, consideramos importante lançar um olhar sobre as diferentes teorias no que se refere aos conceitos de língua e de linguagem, relacionando-as umas com as outras.

Ao estabelecermos essas relações, será possível que essas teorias se aproximem em alguns pontos ou simplesmente diverjam umas das outras no que diz respeito à linguagem? Esse é um questionamento que esperamos poder responder no decorrer do trabalho.

Iniciamos o caminho teórico explicando a diferença entre língua e linguagem dentro da concepção do Estruturalismo de Saussure. Dando seqüência a Saussure, apresentamos a concepção de Benveniste acerca da língua. Apesar de não romper com o estruturalismo, o autor traz algo novo para a língua: a subjetividade.

A seguir, temos o posicionamento de Bakhtin a respeito da linguagem, mostrando a forte crítica que ele faz a Saussure no que diz respeito ao sistema de oposição língua/fala (corte saussureano).

Finalmente, mostramos a concepção de língua segundo a teoria francesa da Análise do Discurso, que é a teoria que vai embasar as análises que serão desenvolvidas neste trabalho. A Análise do Discurso é uma teoria materialista dos sentidos, que considera a língua na sociedade e na história, fazendo intervir a ideologia. Também são feitas algumas relações entre língua e discurso, bem como entre lingüística e Análise do Discurso.

Nosso objetivo é verificar os efeitos de sentido produzidos pela apropriação que o discurso empresarial faz de palavras ou expressões em língua inglesa. Desse modo, acreditamos que a Análise do Discurso é uma teoria capaz de dar conta disso, ou seja, de trabalhar a língua como o lugar dos sentidos, os quais (sentidos) têm natureza social porque são produzidos por sujeitos determinados social, histórica e ideologicamente.

Assim, fazemos o convite para que o leitor mergulhe na leitura dessas teorias, principalmente na teoria francesa da Análise do Discurso, cuja perspectiva teórica será adotada neste trabalho.

1.1 A língua(gem) e o estruturalismo saussureano

Para explicitar o objeto específico da lingüística, Saussure¹ parte de uma distinção entre a linguagem, a língua (como sistema) e o ato da enunciação individual (a fala). A língua e a fala são os elementos constitutivos da linguagem, compreendida como a totalidade de todas as manifestações – físicas, fisiológicas e psíquicas – que entram em jogo na comunicação lingüística. A linguagem, para Saussure, tem um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro. De acordo com o autor:

¹ A data de publicação do Curso de Lingüística Geral é 1916. As citações feitas neste trabalho aparecem com o ano 2000, pois esta é a data de edição do curso que estamos utilizando.

A cada instante, a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante, ela é uma instituição atual e um produto do passado. Parece fácil, à primeira vista, distinguir entre esses sistemas e sua história, entre aquilo que ele é e o que foi; na realidade, a relação que une ambas as coisas é tão íntima que se faz difícil separá-las (SAUSSURE, 2000, p. 16).

Para Saussure, é indispensável partir da língua como sistema de formas para esclarecer todos os fatos de linguagem.

[...] é preciso, antes de tudo, instalar-se no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as demais manifestações da linguagem. Com efeito, em meio a tantas dualidades, só a língua parece suscetível de uma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito (SAUSSURE, 2000, p. 24).

Segundo Saussure, a língua é um produto social e é uma convenção compartilhada entre os sujeitos que usam as mesmas regras (sistema). Já, a fala é individual e constitui o uso, ou seja, a realização do sistema. A concepção de social, formulada por Saussure no Curso, remete ao que é comum a todos os integrantes de uma comunidade lingüística, ou seja, essa comunidade se utiliza da língua para garantir a comunicação entre seus membros. Quando Saussure concebe sua visão de social, acaba privilegiando o que é comum a todos, ao mesmo tempo que abstrai da língua os falantes.

Assim, Saussure separa a língua da fala e elege como objeto de estudo apenas a língua no corte horizontal (estudos sincrônicos), pois ela não precisa de outras áreas para estudo. Conforme afirma:

A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente. Os signos lingüísticos não são abstrações são realidades que têm sua sede no cérebro. Além disso, os signos da língua são, por assim dizer, tangíveis; a escrita pode fixá-los em imagens convencionais, ao passo que seria impossível fotografar em todos os seus por menores os atos da fala [...] (SAUSSURE, 2000, p. 22-23)

Apesar de estabelecer a língua como objeto de estudo, Saussure não nega a existência da fala. Ele apenas faz um recorte, pois só se chega à *langue* através da *parole*. Para o autor, a língua é necessária para que a fala seja compreendida e a fala é necessária para que a

língua se estabeleça, pois historicamente o ato da fala vem sempre antes. Em sua tese, a língua se opõe à fala como o social se opõe ao individual.

Saussure define a própria língua como um sistema de signos. O uso da língua vai ser determinado pela combinação de dois eixos. Um deles é o eixo das combinações e o outro é o eixo das seleções. Quando dois ou mais elementos se relacionam no eixo das combinações, temos o sintagma. Quando outros elementos são selecionados a partir de um modelo ou padrão, temos o paradigma. Na constituição de qualquer signo, vão ocorrer as duas relações, pois ninguém usa a língua sem trabalhar nesses dois eixos. Dessa forma, é importante ressaltar que:

[...] no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. Estes se alinham um após outro na cadeia da fala. Tais combinações, que se apóiam na extensão, podem ser chamadas de sintagmas (SAUSSURE, 2000, p. 142).

Por outro lado, fora do discurso, as palavras que oferecem algo de comum se associam na memória e formam grupos onde acontecem relações muito diversas. O discurso, de que fala Saussure, deixa de fora da língua a fala, o sujeito e os sentidos. É um discurso universal (sistêmico) produzido por indivíduos que integram uma comunidade lingüística. Esse indivíduo, que Saussure menciona, não é o sujeito social que será trabalhado mais adiante na teoria da Análise do Discurso, pois a língua sistêmica não permite observar o homem em sua prática linguageira. Conforme Saussure (2000, p. 143):

Vê-se que essas coordenações são de uma espécie bem diferente das primeiras. Elas não têm por base a extensão; sua sede está no cérebro; elas fazem parte desse tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo. Chamá-la-emos relações associativas.

Saussure estabelece relações sintagmáticas e paradigmáticas. Sintagmáticas são relações em presença. É o eixo das combinações. As relações paradigmáticas são relações em ausência. É o eixo das seleções. Com os termos presença e ausência Saussure quer dizer: “A relação sintagmática existe *in praesentia*; repousa em dois ou mais termos igualmente

presentes numa série efetiva. Ao contrário, a relação associativa une termos *in absentia* numa série mnemônica virtual” (SAUSSURE, 2000, p. 143).

Os estruturalistas configuram a língua como uma estrutura formal, onde o código registrado pelo indivíduo consegue dar conta de todas as possibilidades que lhe permitirão fazer escolhas de combinações para que possa expressar seus pensamentos e intenções.

No que diz respeito à nossa pesquisa, a teoria saussureana não consegue dar conta de explicar os efeitos de sentido produzidos pela apropriação que o discurso empresarial faz de palavras ou expressões em inglês. Isso acontece pelo fato de que as designações, usadas em inglês neste trabalho, instalam um sentido ao mesmo tempo em que apagam outro, pois são produzidas por diferentes posições de sujeito. Tal fato torna a teoria de Saussure inadequada para os objetivos propostos neste trabalho, uma vez que Saussure deixa de fora da língua a fala (enunciação), o sujeito e os sentidos, pois, para ele, todos os sentidos da linguagem podem ser esclarecidos através do sistema da língua.

Embora a teoria saussureana não dê conta de explicar o funcionamento ideológico da língua(gem), precisamos da estrutura da língua para chegarmos a esse funcionamento.

1.2 A língua(gem) e a enunciação em Benveniste

Émile Benveniste talvez seja o primeiro lingüista, fundamentado no Estruturalismo Saussureano, a desenvolver um modelo de análise da língua voltado para a enunciação. No momento em que suas reflexões foram produzidas, o estruturalismo vivia o seu apogeu com Saussure e a dicotomia *langue/parole*. Para Saussure, a língua não deveria ser estudada em termos de especificidade individual, mas como um sistema, dotado de leis responsáveis por sua organização. Saussure objetivava estudar as regularidades desse sistema, deixando de lado toda e qualquer referência à subjetividade. Benveniste é considerado um continuador de Saussure, entretanto, ele avança nas reflexões sobre a linguagem ao incluir os estudos sobre a subjetividade. Para Benveniste (1989, p. 82), enunciação “é colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Enunciar, para ele, é transformar individualmente a língua – mera virtualidade – em discurso. A semantização da língua se dá nessa passagem e, ao mobilizar a língua e dela se apropriar, o locutor estabelece relação com o mundo via discurso, pois é “um homem falando com outro homem que encontramos no mundo” (BENVENISTE, 1988, p. 285). Benveniste, através de seus estudos, introduz a questão do

sujeito, que até então era desconsiderada pelos estruturalistas. O autor afirma que a linguagem não é um mero instrumento que os seres humanos utilizam para comunicarem-se, pois, quando se usa o termo instrumento, coloca-se em oposição o homem e a natureza. A linguagem está na natureza do homem, portanto, ele não a inventa e não está, assim, separado dela. Assim, Benveniste confere à linguagem a noção de que o sentido só existe na discursividade e, portanto, não existe fora do sujeito. Uma vez que é através da linguagem que o homem se constitui como sujeito. E o que é discursividade para Benveniste? A discursividade, ou discurso, para Benveniste, é considerar a língua um funcionamento, a partir de um determinado contexto de enunciação (o eu, aqui, agora). Leia-se contexto imediato e não contexto sócio-histórico.

Para Benveniste, a questão semântica é um pôr em funcionamento a língua e seus paradigmas. É quando o sujeito se apropria da língua e a faz significar. Essa passagem da língua para o semântico, feita pelo sujeito, é o que se constitui como discurso na visão benvenistiana.

O entendimento da categoria de pessoa e dos conceitos de intersubjetividade e enunciação são básicos na teoria de Benveniste. Ele trabalha com uma distinção (oposição) entre as duas primeiras pessoas (eu, tu) e a terceira (ele), a partir de duas correlações: a de personalidade e a de subjetividade.

A correlação de personalidade separa eu, tu – onde existe uma concomitância entre a pessoa implicada e o discurso sobre ela – do ele – privado da característica de pessoa e caracterizado como a forma verbal para indicar a não-pessoa.

A correlação de subjetividade opõe eu a tu. Eu é interior ao enunciado, exterior a tu e transcendente a este, portanto, é a única pessoa realmente subjetiva. A 3ª pessoa pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum, portanto, é considerada não-subjetiva.

A subjetividade, para Benveniste, é a capacidade do locutor para se propor como sujeito. É o “ego” que diz ego. Cada locutor apropria-se da língua toda, designando-se como eu e remetendo a um tu. Os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem. Eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será, na minha alocação, um tu. Essa condição de diálogo, a intersubjetividade, é que é constitutiva da pessoa, pois implica em reciprocidade.

A polaridade das pessoas é condição fundamental na linguagem e essa “linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso. Por isso, eu propõe outra pessoa, que embora exterior a “mim”, torna-se o meu

eco – ao qual digo tu e que me diz tu” (BENVENISTE, 1988, p. 286) Eu e tu são complementares, nenhum dos termos se concebe sem o outro.

A linguagem propõe formas “vazias” das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria, referindo-se a si mesmo como eu e a um parceiro como tu, numa espécie de jogo com regras baseadas na reciprocidade. Portanto, para Benveniste, o diálogo se dá/acontece numa interação face-a-face.

A teoria de Benveniste não só acentua a subjetividade lingüística, mas também a condição da intersubjetividade que determina um quadro dialógico constitutivo da língua. É a intersubjetividade que viabiliza o uso da língua. O sujeito é constitutivo da língua porque sua existência dela depende e nela se realiza.

É importante, ainda, salientarmos que, na visão de Benveniste, o sujeito é onipotente, homogêneo e consciente, ocupando uma posição privilegiada no discurso, uma vez que esse sujeito tem a capacidade de apropriar-se da língua e fazer significar. Trata-se, portanto, de um sujeito com domínio sobre o seu dizer. É um sujeito diferente daquele que Bakhtin e a AD se referem, como veremos mais adiante.

Parece-nos, portanto, que a teoria de Benveniste também não é a mais produtiva para as análises que nos propusemos a fazer, principalmente no que diz respeito à questão do sujeito. A subjetividade presente nas seqüências discursivas (SDs) que compõem o corpus de nosso trabalho não pode ser identificada como se fosse apenas um jogo de reciprocidade, onde o sujeito se designa como “eu“, remetendo a um “tu“. Nesse trabalho, não buscamos o sentido das palavras no sujeito, até porque existem várias posições-sujeito que se inscrevem no discurso empresarial. O que realmente desejamos é flagrar os gestos de interpretação que poderemos construir ao analisarmos as seqüências discursivas.

1.3 A língua(gem) e a enunciação em Bakhtin

Bakhtin² trabalha a enunciação de maneira distinta de Benveniste. Para Bakhtin a enunciação não constitui um ato individual, assim como Benveniste a considera. Pelo

² A primeira edição do livro “Marxismo e filosofia da linguagem” foi publicada na Rússia, em 1929, mas a obra só chega ao Brasil na década de 80. A obra de Benveniste é posterior a de Bakhtin, entretanto, optamos por apresentar os estudos de Benveniste primeiro, pois ele é um continuador de Saussure e é Bakhtin que realmente propõe um rompimento com o estruturalismo saussureano.

contrário, segundo Bakhtin, a enunciação é um ato social, uma vez que a palavra é essencialmente dialógica. O autor concebe o diálogo como a unidade real da língua e esse diálogo é o produto da relação de alteridade existente entre duas consciências socialmente organizadas. Para Bakhtin, a dialogicidade é inerente à natureza humana, visto que o homem vive em constante diálogo com o outro, com os textos, com o mundo. Dessa forma “[...] aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores” (BAKHTIN, 1997, p. 147).

O dialogismo de Bakhtin se constitui no princípio constitutivo da linguagem em sua relação com o outro. Para o autor, em toda e qualquer prática discursiva está presente o discurso-outro.

Para entendermos o discurso-outro, precisamos fazer uma relação com o discurso citado que Bakhtin (1997, p. 144) conceitua como o “discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação.” Ou seja, aquilo que falamos é apenas o conteúdo do discurso, o tema de nossas palavras. Já, o discurso-outro constitui mais que o tema do discurso. Ele pode entrar no discurso como uma unidade integral de sua construção.

Segundo Bakhtin, a apreensão do discurso do outro acontece através do discurso interior. Esse discurso interior pode ser explicado como o discurso individual de cada sujeito. Toda a atividade mental do sujeito é mediatizada para ele pelo discurso interior. E é aí que ocorre uma interação dinâmica entre o discurso interior e o discurso exterior. Assim, a palavra vai à palavra. Isso nos mostra que, na constituição do discurso, existe sempre a presença do outro.

Torna-se, ainda, importante mencionar que a teoria bakhtiniana, ao referir-se ao diálogo, não está se referindo apenas a dois ou mais interlocutores em situação de interação, os quais são sócio-historicamente determinados. Bakhtin refere-se aos diálogos que se estabelecem, também, entre os textos.

Bakhtin formula sua concepção de linguagem a partir da crítica a duas orientações do pensamento lingüístico-filosófico: o subjetivismo idealista (teorias psicológicas que trabalham com um sujeito empírico, uno e intencional) e o objetivismo abstrato (Saussure e o estruturalismo).

Para o subjetivismo idealista, a língua constitui um fluxo ininterrupto de atos de fala individuais, onde nada permanece estável, nada conserva sua identidade. Uma vez que a língua apresenta-se numa evolução ininterrupta, as leis da criação lingüística são as leis da

psicologia individual. Segundo Bakhtin, para essa orientação, a fonte da língua está no mundo interior do falante e a língua é concebida como uma forma de exteriorizar o que é interior.

Para Bakhtin, o mundo interior não existe a não ser lingüisticamente. Para ele, a língua é constituída pela práxis social (relações com outros indivíduos) e o mundo interior também será constituído por essa prática social. A língua, então, para esse autor, não é só o resultado da prática social, mas essa prática é estruturada pela língua que falamos. Ao criticar o subjetivismo idealista, Bakhtin preconiza que o centro organizador de toda enunciação não é o interior (mundo psíquico), mas sim o exterior (mundo da língua), que corresponde ao meio social que envolve o indivíduo.

Para o objetivismo abstrato, o fundamento da língua está no sistema lingüístico, isto é, no sistema das formas fonéticas, gramaticais e lexicais da língua. Na segunda orientação, segundo Bakhtin:

Em cada enunciação, encontram-se elementos idênticos aos de outras enunciações no seio de um determinado grupo de locutores. Esses traços idênticos são normativos para todas as enunciações e garantem a unicidade de uma língua e sua compreensão por todos os locutores de uma mesma comunidade (1997, p. 77).

Portanto, o objetivismo abstrato somente admite o ato individual de criação quando ligado a um sistema lingüístico imutável, em um dado momento histórico, e supra individual. As leis que governam esse sistema interno são puramente imanentes e específicas. Estas leis lingüísticas não podem depender da consciência individual porque:

Um tal sistema, o indivíduo tem que tomá-lo e assimilá-lo no seu conjunto, tal como ele é. Não há lugar aqui, para quaisquer distinções ideológicas, de caráter apreciativo: é pior, é melhor, belo ou repugnante. Na verdade só existe um critério lingüístico está certo ou errado (BAKHTIN, 1997, p. 79).

Trata-se de uma noção de língua, seguindo os princípios saussureanos, que considera a convencionalidade e a arbitrariedade do sistema lingüístico sem referência do signo à realidade ou ao indivíduo. O que interessa é a relação entre os signos, dentro do sistema do qual se deve explicar a lógica interna. Dessa forma, pode-se dizer que a língua opõe-se ao indivíduo.

Ao criticar o objetivismo abstrato, Bakhtin afirma que, para o falante, o centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto. O sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto, havendo tantas significações possíveis quantos contextos possíveis, uma vez que:

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial (BAKHTIN, 1997, p. 95).

Ao fazermos uma relação entre Saussure e as orientações lingüístico-filosóficas mencionadas por Bakhtin, percebemos que o subjetivismo individualista corresponde à fala que, para Saussure, é individual, e o objetivismo abstrato corresponde à língua que, para ele, é social. Explicamos essa relação pelo fato do subjetivismo idealista considerar a língua mutável, propensa a criações individuais, assim como a fala para Saussure. Já, o objetivismo abstrato apresenta a língua centrada na norma, imutável e presente no seio de um determinado grupo de locutores, ou seja, ela é social, assim como Saussure a considera.

No livro “Marxismo e Filosofia da Linguagem” (1997), Bakhtin apresenta as bases para uma filosofia marxista da linguagem. Para o autor, a teoria marxista da criação ideológica está estreitamente ligada aos problemas de filosofia de linguagem. Para ele,

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior (BAKHTIN, 1997, p. 31).

Em outros termos, Bakhtin quer dizer que tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Dessa forma, o signo é produto ideológico. Sem signos, não existe ideologia e sem ideologia, não existem signos.

Segundo Bakhtin, existe uma diferença entre corpo físico e produto ideológico (signo). Um corpo físico tem uma realidade material, é um instrumento de produção. Entretanto, essa realidade material, quando é percebida como símbolo, passa a ser também um produto

ideológico, isto é, reflete e refrata uma outra realidade que não a material. Nas palavras do autor,

os signos também são objetos naturais, específicos, e, como vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. [...] O domínio ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico (BAKHTIN, 1997, p. 32).

Entretanto, o verdadeiro lugar do ideológico é o material social particular de signos criados pelo homem. Sua especificidade reside no fato de que ele se situa entre indivíduos organizados, sendo o meio de sua comunicação.

[...] não basta colocar face a face dois homo sapiens quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo: só assim um sistema de signos pode constituir-se (BAKHTIN, 1997, p. 35).

Portanto, o dialogismo, para Bakhtin, constitui um aspecto fundamental de seus estudos sobre enunciação e vai além da linearidade que apresenta dois ou mais indivíduos trocando informações, que é a concepção benvenistiana de diálogo. Entretanto, Bakhtin não critica Benveniste, até porque esse autor é posterior a ele (Bakhtin), mas faz uma crítica a Saussure, que achava possível estudar a língua em sua forma sistêmica, ao afirmar que a verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações.

Para Bakhtin, a língua, no seu uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida. Se houver essa separação, não teremos mais signos da linguagem, mas apenas sinais. Segundo o autor, um dos erros mais grosseiros do objetivismo abstrato é essa separação da língua de seu conteúdo ideológico. Por isso, para Bakhtin, a significação é relativa, isto é, depende da posição que o sujeito ocupa na luta de classes.

Dessa forma, “a língua, para a consciência dos indivíduos que a falam, de maneira alguma se apresenta como um sistema de formas normativas” (BAKHTIN, 1997, p. 96). Na realidade, para o locutor, o que importa é aquilo que torna a forma lingüística um signo

adequado às condições de uma situação concreta, pois ele serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas. Também é necessário levar em consideração o ponto de vista do receptor. Para este, importa compreender a forma lingüística utilizada num contexto concreto preciso, ou seja, compreender sua significação numa enunciação particular. Ele considera a forma lingüística utilizada como um signo variável e flexível e não como um sinal imutável e sempre idêntico a si mesmo.

Cabe-nos ainda reforçar que, para Bakhtin, a enunciação não pode ser considerada como um ato de fala individual, assim como Benveniste a considera, e nem pode ser explicada a partir das condições psicológicas e fisiológicas do sujeito falante. A enunciação é um puro produto da interação de indivíduos socialmente organizados, cujo centro organizador não está no interior desse indivíduo, mas sim no exterior, no meio social que o envolve.

A noção de social em Bakhtin, segundo Indursky (2005), conduz a uma reflexão bem mais em direção à fala saussureana, do que em direção à língua, tal como foi formulada por Saussure.

Bakhtin e Saussure também se diferenciam no que diz respeito à concepção de língua. A concepção de língua concebida por Saussure exclui os sujeitos que a utilizam e o contexto em que eles se inscrevem, o que para Bakhtin constitui um estudo monológico da língua. Já, para Bakhtin, a língua se configura funcionando social e interacionalmente entre indivíduos, distanciando-se da concepção sistêmica formulada por Saussure.

Assim como as teorias de Saussure e Benveniste não são as mais apropriadas para proceder às análises deste trabalho, também a teoria de Bakhtin não é a ideal, pois, apesar de trazer para a língua diferentes indivíduos inscritos no social (sujeito social), esses indivíduos não são determinados ideologicamente. A ideologia, para Bakhtin, está no signo. Ou seja, é pelo viés do signo que o ideológico é introduzido na teoria bakhtiniana. Esse é um fator que distancia Bakhtin de Pêcheux, pois, para Pêcheux, a ideologia é entrelaçada ao campo do discurso pelo viés do sujeito e não pelo viés do signo, tal como Bakhtin o faz. Além disso, para Pêcheux, interessa o sujeito inscrito em um lugar social e não o indivíduo, que é a figura mobilizada por Bakhtin.

Para procedermos às análises das SDs que constituem o corpus deste trabalho, necessitamos de uma teoria que possa dar conta de analisar os deslocamentos de sentido que a apropriação desses termos em inglês pelo discurso empresarial, considerados os sujeitos que a constituem, possa produzir. Seria a análise do discurso a melhor teoria para os objetivos que nos propusemos? Vejamos no item que segue.

1.4 A língua(gem) na Análise do Discurso de Pêcheux

A língua tem um corpo, uma materialidade, que é impossível negar. Ela é heterogênea e os sentidos são muitos, não existindo um modelo vertical que possa dar conta de tudo, o que faz valer a afirmação de que, ao tratar-se de linguagem, não se consegue dizer tudo. Idéia reforçada pela afirmação de Pêcheux (1988a, p. 53) de que “todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, de se deslocar discursivamente”. Assim, é evidente que a língua existe, mas, conforme afirma Leandro Ferreira (2000, p. 21) “pode-se desconfiar da língua e de seu efeito de aparente transparência“. A Análise do Discurso propõe a reflexão de que a língua é opaca, apresentando uma espessura semântica e uma densidade histórico-social.

Segundo Leandro Ferreira (2000), é freqüente se operar uma elisão no caráter material da língua. Ou seja, o sentido das palavras, dos enunciados e das proposições aparece como se já estivesse dado, cabendo ao sujeito reconhecê-lo e adequá-lo ao seu dizer. Esse sentido aparece para o sujeito como transparência, como o sentido lá. Orlandi (1993b, p. 6) reforça essa idéia ao afirmar que “não há relação termo a termo entre as coisas e a linguagem; são ordens diferentes; a do mundo e a da linguagem, incompatíveis em suas naturezas próprias”. Quando o sujeito adequa o sentido dos enunciados ao seu dizer, cria-se a ilusão de um sentido desprovido de história e de um sujeito como origem de si próprio. Então, junto com esse efeito de evidência da língua, surge também a evidência do sentido, que faz com que uma palavra queira dizer o que realmente diz, e a evidência do sujeito, que se mostra como tendo existência espontânea.

O sujeito produtor da língua se constitui e a constitui no âmbito de acontecimentos histórico-sociais. Esse sujeito não é totalmente livre, nem é totalmente determinado por mecanismos exteriores. Ele estabelece uma relação ativa no interior de uma determinada formação discursiva³, afetando-a e modificando-a em sua prática discursiva. De acordo com Orlandi (1996), o sujeito tem uma necessidade muito forte de atribuir sentido às coisas. Quando ele fala, atribui sentido às suas próprias palavras, mas o faz como se os sentidos estivessem nas palavras, criando a ilusão de um sentido que nasce ali com a palavra, quando na realidade, conforme diz Pêcheux (1975),

³ A noção de formação discursiva corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito. (PÊCHEUX, 1988b, p. 160).

o sentido não existe em si mesmo, isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas (1995, p. 160).

Para Orlandi (2002), as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas representam, no discurso, as formações ideológicas, logo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente.

A seguir trazemos algumas considerações acerca do real da língua e do real da história, que são aspectos que estão diretamente vinculados a Análise do Discurso.

1.4.1 O real da língua

A AD trabalha com a materialidade histórica dos fatos lingüísticos, uma vez que conceitos como simbólico, imaginário e o real integram a perspectiva materialista. Entretanto, é importante lembrar que esses conceitos estão relacionados com a ideologia. Mas o que seria o real da língua? Esse termo vem da psicanálise e foi desenvolvido na lingüística por Milner, baseado na expressão de Lacan “o dizer é da ordem do não todo“, ou seja, em matéria de linguagem, não se pode dizer tudo. Esse “não-todo“, suportado pela língua, é que constitui o seu “real“. Milner (1978, p. 26) define o real da língua “como uma série de pontos do impossível, marcada pelo não-todo“. Em francês, o termo real da língua é conhecido como *lalangue*, o que, em Português, corresponde à “alíngua“. Milner (1978, p. 26) valoriza que “o fato de que um impossível deva dar lugar a uma proibição explícita prova que há pelo menos um lugar do qual se fale do que não se pode falar: esse lugar é a alíngua, ou o real da língua, o inconsciente”.

O real, que é da ordem da língua, opõe-se à realidade, que é da ordem social, prática. Segundo Leandro Ferreira (2000, p. 26): o sintoma mais imediato do real é um “impossível“, inscrito igualmente na ordem da língua. Costuma-se dizer “as palavras faltam“, o que aproxima o sintoma da idéia de ausência, defeito, insuficiência, imperfeição.

A existência desse lugar, que admite que as palavras faltam e toma essa falta como constitutiva da estrutura, é fundamental para uma concepção de língua afetada pelo real, ou seja, a língua afetada pelo impossível que lhe é próprio. Essas dissonâncias entre a língua e o real da língua precisam ser trabalhadas, tornadas visíveis para mostrar que a língua não é um “ritual sem falhas, enfraquecimentos e brechas [...]” (PÊCHEUX, 1982a).

Ao fazer uma relação entre o real da língua e as análises feitas neste trabalho, percebemos que a apropriação/incorporação de palavras ou expressões em inglês pode constituir uma falta na língua materna, uma vez que o uso dessas designações em inglês evidencia um determinado sentido e fazem calar outros. Portanto, o uso das designações em inglês permite falar do que não se pode falar, que é da ordem do impossível.

1.4.2 O real da história

Leandro Ferreira (2000, p. 27) afirma que “não se pode negar que a história está na língua. Essa parceria é indissolúvel e não se pode ficar alheio a ela, sob pena de nos afastarmos do que toca mais de perto os domínios do discurso”. O espaço da AD é um espaço incerto, marcado pelas desventuras do campo político-histórico, no qual a língua e a história se encontram ligadas. Conforme afirma Pêcheux (1981a, p. 8) “a AD está presa entre o real da língua e o real da história, não podendo ceder nem de um lado nem de outro”.

Segundo Leandro Ferreira (2000), no quadro teórico da AD, a concepção de língua trabalhada aceita transgressões, é capaz de contradições, de deslocamentos e foge de uma estruturação lógico-matemática. Os espaços discursivos por ela percorridos são espaços não-estabelecidos logicamente, onde se pode perceber pontos de deriva possíveis dos enunciados. Esses pontos constituem modos de resistência da própria língua e terão a historicidade de seus sentidos apreendida através de gestos de interpretação.

A AD entende a noção de língua e de história com uma especificidade própria. Para a AD, a língua é concebida como corporalidade, como materialidade, que é de natureza lingüística e histórica simultaneamente. Já, a história tem relação direta com o sentido e nada a ver com evolução ou cronologia. Conforme afirma Henry (1994), a história necessita do discurso para existir, assim como a língua necessita dela para significar. Todo fato ou acontecimento histórico tem sentido, pois a história consiste em fazer sentido. Quando a história é negada, as condições em que se realiza a prática lingüística do sujeito falante são

encobertas, acabando por reforçar o imaginário de um sujeito com pleno controle sobre sua língua.

A AD rejeita qualquer tendência de se construir uma “ língua ideal “, onde se possa controlar a produção e a interpretação dos enunciados. Ela se interessa pelo terreno onde se dão as falhas, os deslocamentos, as rupturas de sentido, onde se percebem os pontos de deriva dos enunciados. Tal idéia é reforçada por Leandro Ferreira (2003, p. 196), quando afirma:

A língua na Análise do Discurso é tomada em sua forma material enquanto ordem significante capaz de equívoco, de deslize, de falha, ou seja, enquanto sistema sintático intrinsecamente passível de jogo que comporta a inscrição dos efeitos lingüísticos materiais na história para produzir sentidos.

O analista de discurso busca investigar fatos de língua que, por força de mal-entendidos, deslizamentos ou lapsos, ficam à deriva do sentido. Sua tarefa é trazer tais fatos para sua investigação e tratá-los como próprios da língua.

Neste trabalho, pretendemos investigar os efeitos de sentido produzidos pela apropriação/incorporação, feita pelo discurso empresarial, de termos da Língua Inglesa. É importante esclarecer que, o que se buscará, nas seqüências discursivas escolhidas, não é o que elas querem nos dizer, mas os mecanismos de funcionamento que estão presentes nelas e os gestos interpretativos que esses mecanismos nos permitirão construir. Dessa forma:

[...] a posição que defendemos do analista de discurso em relação a seu ofício, que não é exatamente a de interpretar o discurso ou os textos, [...] mas sim, flagrar o gesto de interpretação na sua materialidade, no exato momento em que a interpretação se dá, em que o sentido se faz sentido (LEANDRO FERREIRA, 2003, p. 199-200).

O analista de discurso considera que a linguagem não é transparente, assim, ele não atravessa o texto na busca de um sentido. O importante para ele é averiguar como este texto significa, pois para a AD interessa a língua funcionando para a produção dos sentidos.

1.4.3 O par língua/discurso

Para se compreender os mecanismos de funcionamento da AD, é necessário fazer uma distinção entre língua/discurso e Lingüística/Análise do Discurso, que são conceitos básicos, decisivos e não devem ser tomados um pelo outro.

Para a AD, a língua torna-se um objeto especial, pois constitui a condição de possibilidade do discurso. Quando Saussure diz que “é o ponto de vista que cria o objeto“, ele admite que existem alguns pontos na língua, que não são os lingüísticos, e que afetam a regularidade do sistema. De acordo com Leandro Ferreira (2000, p. 34), “são pontos do impossível, falhas e rupturas que entram em contradição com os princípios de consistência e completude”. Um desses pontos de vista é o discursivo que, embora não prescindia do lingüístico, ele vai além na sua abordagem, operando um deslocamento teórico na reflexão.

Quando Saussure separa a língua da fala também acaba separando o social e o histórico. Assim, a língua como “fato social” nada tem a ver com a historicidade e com o sujeito da AD, pois a concepção de social para Saussure diz respeito ao que é comum a todos os membros de uma comunidade lingüística, abstraindo da língua o sujeito e o sentido (historicidade). Já, a fala como “ato individual, ocasional“, nada tem de social.

Na perspectiva da AD, isto acontece de forma diferente. O social e o histórico são inseparáveis; encontram-se reunidos no discurso. Não há nada separando elementos internos e externos. Não existe uma correlação que estabeleça que o lingüístico é interno e o social e o histórico são externos. A exterioridade do discurso não está fora e nem separada do que está dentro. Por isso, diz-se que a exterioridade é constitutiva do discurso.

Um traço distintivo essencial entre a AD e o Estruturalismo refere-se ao seu objeto de estudo. Para este, a língua é autônoma, isto é, o foco é o sistema lingüístico interno, onde todos os fatos de língua são apreendidos pela sua organização. Para a AD, a língua está determinada pela sua ordem, ou seja, ela não é meio de realização, mas materialidade. A língua, para a AD, é a via de acesso para atingir a ordem do discurso. O objeto de estudo da AD é o discurso que, de acordo com Leandro Ferreira (2003), é o objeto que nos permite observar as relações entre ideologia e língua, bem como os efeitos do jogo da língua na história e os efeitos desta na língua. É através do discurso que se vai compreender como um material simbólico produz sentido e como o sujeito se constitui.

Orlandi (1986) diz que o conceito de discurso surge para romper com o corte saussureano e para operar um sensível deslocamento na relação de oposição estabelecida pela

lingüística: língua x fala. Língua e discurso não se opõem, pois é através da materialidade da língua que o discurso se produz socialmente. Ou seja, na AD, a língua vista em sua condição de materialidade é um dos elos essenciais a compor o tecido discursivo.

“A língua do analista de discurso distingue-se da língua do lingüista, entre outras razões, por comportar em si o não-todo, consubstanciado na noção de real da língua” (LEANDRO FERREIRA, 2003, p. 196). Ou seja, a noção de real da língua aponta para o fato de que a língua, para a AD, não consegue dizer tudo, uma vez que apresenta falhas e brechas.

Ainda, de acordo com Leandro Ferreira (2003), a passagem de uma forma lingüística, tradicionalmente considerada nos estudos da linguagem, para uma forma material, onde não há mais a consideração da dicotomia forma / conteúdo faz com que a língua deixe de ser considerada um sistema integralmente autônomo para ser aceita como relativamente autônoma. Por isso, a língua na AD tem autonomia relativa, o que submete o sistema a leis internas, objeto da lingüística. Sobre esse lugar material, conforme afirma Pêcheux (1988b), é que vão se realizar os processos discursivos, ou seja, a produção de efeitos de sentido.

A AD recorta seu objeto teórico de maneira distinta da lingüística, cujo objeto é a língua em si e por si mesma. Para o analista de discurso, a língua não é objeto, mas pressuposto para analisar a materialidade do discurso. Dessa forma, a noção de língua é redefinida, descentrando-a de si mesma e remetendo-a à ordem do discurso.

Assim como o lingüista tem acesso à língua pela fala, o analista de discurso tem acesso à ordem do discurso através da organização da língua. O par língua /discurso vai auxiliar na tarefa de precisar os limites e definir as especificidades na AD. Para isso, Orlandi (1996) explicita a distinção ordem (do discurso) – plano do real – e organização (da língua) – plano da realidade. Ela reconhece que tanto o discurso quanto a língua têm sua “ordem própria” e esta ordem se manifesta e se mostra na organização. Por exemplo, um sintaticista se deteria em explicar os modos de organização da linguagem, já um analista de discurso veria na sintaxe um modo de acesso à ordem da língua.

O par ordem/organização permite fazer uma relação com dois termos fundamentais no quadro teórico da AD: o social e o histórico. Rodríguez (1993) diz que, assim como a organização da língua está determinada pela ordem do discurso, a organização social estaria determinada pela ordem da história. Ou seja, a materialidade do discurso é a língua e a materialidade da história é o social. Usando a aproximação desses dois pares língua/discurso e organização/ordem, Rodríguez (1993, p. 5) formula uma definição abrangente de discurso: “[...] o discurso é um objeto histórico (ideológico) que se produz/elabora socialmente em/atraves de sua materialidade específica, que é a língua”.

Os termos língua e discurso são consistentes, densos, ou seja, apresentam opacidade. Assim, a noção de língua deve ser sempre redefinida a cada abordagem teórica, como no caso da AD. Já, o discurso tem ramificações na sociedade e na história, pois as mesmas estão materializadas no discurso.

Uma vez que a lingüística é considerada a ciência-piloto das ciências humanas, principalmente na fase áurea do estruturalismo, vai estabelecer um certo conflito com a AD. A lingüística se contrapõe à exterioridade constitutiva da AD e a AD questiona o postulado da autonomia da sintaxe em relação à semântica, assim como a exclusão por parte da lingüística, da noção de história e também do sujeito.

Uma relação que costuma se estabelecer entre lingüística e AD é a mesma que existe entre produto e processo. A lingüística trata do produto da constituição dos fenômenos lingüísticos e a AD analisa os mecanismos de funcionamento desses fenômenos, visando o caráter material dos sentidos. Por isso, se costuma falar em “objeto duplo” da AD, considerando-se tanto o lingüístico quanto o histórico. A AD se ocupa com o objeto material, de natureza histórica, de que a lingüística não trata. “Essa forma material não é transparente, nem literal, mas opaca, porque é histórica, sujeita aos mal-entendidos, aos deslizamentos de sentido, enfim, ao real da língua” (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 40).

A língua é um tema para constante reflexão, questionamento e vai muito além da concepção da mesma como mero instrumento de comunicação. A língua na AD constitui-se como lugar dos sentidos, os quais se produzem por sujeitos afetados pela história. Esses sentidos não estão prontos, à espera de serem despertados; pelo contrário, esses sentidos sempre podem ser outros, conforme diz Orlandi (1996, p. 46) “[...] interpretar é compreender, ou seja, explicitar o modo como um objeto simbólico produz sentido, o que resulta em saber que o sentido sempre pode ser outro”.

Assim, justifica-se a escolha da teoria da AD para fazer as análises que se encontram neste trabalho. A AD é uma teoria que consegue dar conta de analisar os deslocamentos de sentido que a apropriação de termos da língua inglesa pelo discurso empresarial pode produzir.

2 DISCUTINDO A TEORIA

Neste capítulo, discorreremos sobre a teoria da Análise do Discurso Francesa, uma vez que seus pressupostos teóricos fundamentarão nosso trabalho.

Conforme Pêcheux e Fuchs (1975), a AD se constitui através da relação de três regiões científicas: o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações (teoria das ideologias); a lingüística (teoria da sintaxe e da enunciação) e a teoria do discurso como determinação histórica dos processos de significação. Essas três regiões são atravessadas por uma teoria psicanalítica do sujeito. Assim, nasce o campo teórico da AD.

Orlandi (2002), retomando essa relação entre as três regiões científicas, esclarece que a AD trabalha com o sujeito, a história, a língua e articula-se na contradição de três campos de saber: a lingüística, a psicanálise e o marxismo. Com a lingüística, sabemos que a língua não é transparente, pois tem uma materialidade própria. Com o marxismo, sabemos que a história tem sua materialidade: o homem faz a história, mas ela não lhe é transparente. E com a psicanálise percebemos que o sujeito não é transparente nem para ele mesmo, funcionando pelo inconsciente, já que não possui domínio sobre seu dizer. A AD tem seu método e objeto próprios, os quais trabalham no entremeio da lingüística, da psicanálise e do marxismo, mas não se confundem com eles.

A partir da década de 60, alguns pensadores como Althusser, Foucault e Lacan questionam-se a respeito do significado da leitura e reforçam a idéia de que ela deve se sustentar na teoria. É sobre esse aspecto que surge um campo teórico para a Análise do Discurso, “que vai se constituir em uma disciplina de entremeio entre a lingüística e as ciências sociais, criticando a primeira por tratar da linguagem, mas desconsiderar o aspecto histórico-social, e interrogando as ciências sociais, pois elas não consideram a linguagem em

sua materialidade” (ORLANDI, 1986, p.119). Essa disciplina, a AD, elabora um novo objeto de estudo que é o discurso, onde o social e o histórico estão juntos.

A seguir, trazemos conceitos e noções acerca da AD, que consideramos fundamentais para a execução do presente trabalho. É importante que façamos uma reflexão a respeito desses conceitos, para que possamos delinear os caminhos do trabalho que nos propusemos a fazer, uma vez que o recorte analítico dá-se pela questão teórica.

2.1 Discurso e condições de produção

Quando consideramos a relação entre texto e discurso, não devemos tomá-los em nível de igualdade. O discurso é o objeto teórico da AD e o texto é a sua unidade de análise. A diferença, entretanto, não é apenas essa. Orlandi (1986, p. 117-118) diz que “um texto é uma dispersão do sujeito. Ou seja, um texto é atravessado por vários discursos; em um mesmo texto podemos encontrar várias formações discursivas, enunciados de discursos diversos”.

Portanto, não analisamos um texto por ele mesmo, mas sim, o(s) discurso(s) que vem através dele, pois é o olhar discursivo que transforma o texto em discurso.

O discurso, como objeto teórico da AD (objeto histórico-ideológico), não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos lingüísticos para ter uma existência material. O discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social, onde estão a história e a ideologia.

Segundo Pêcheux (1969), o discurso está muito distante do esquema elementar da comunicação onde alguém fala, refere-se a alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a. Não se trata de uma mera transmissão de informação, pois, no funcionamento da linguagem, colocam-se em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são variados. Por isso, Pêcheux (1969) diz que o discurso é o efeito de sentidos entre locutores. Os efeitos resultam da relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso, dentro de determinadas circunstâncias. Tais circunstâncias correspondem às condições de produção do discurso e às formações ideológicas em que os sujeitos se inscrevem. Dessa forma, as condições de produção correspondem aos aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem a produção do discurso, uma vez que os sentidos das

palavras no discurso não são fixos, como se apresentam nos dicionários, mas sim, produzidos face aos lugares sócio-histórico-ideológicos ocupados pelos sujeitos em interlocução.

O termo “condições de produção” foi introduzido na AD por Pêcheux (1969). Para ele, as condições de produção são elementos que trazem questões da exterioridade e das formações imaginárias como constitutivas do discurso.

Quando Pêcheux introduz a noção de condições de produção, acaba introduzindo também o conceito de formações imaginárias, que são presença constante em todos os processos discursivos.

As formações imaginárias, segundo Pêcheux (1969), resultam de processos discursivos anteriores e se manifestam, no processo discursivo, através da antecipação, das relações de força e de sentido. No que diz respeito à antecipação, o locutor projeta uma representação imaginária do interlocutor e, a partir dela, estabelece suas estratégias discursivas. As relações de força, no discurso, são determinadas pelo lugar de onde fala o sujeito. Já as relações de sentido pressupõem que não há discurso que não se relacione com outros.

Para Orlandi (2002), existem mecanismos de funcionamento do discurso que repousam nas formações imaginárias. O primeiro mecanismo é o que chamamos relação de sentidos. De acordo com essa noção, não existe discurso que não se relacione com outros. Ou seja, os sentidos resultam de relações, onde o discurso aponta para outros dizeres que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Desse modo, o discurso não apresenta começo absoluto nem ponto final.

O outro mecanismo é chamado de mecanismo da antecipação. De acordo com esse mecanismo, o sujeito tem a capacidade de colocar-se no lugar onde seu interlocutor, “ouve” suas palavras. Assim, o sujeito (locutor) antecipa-se a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem.

Finalmente, temos a relação de forças. Segundo essa noção, o lugar de onde fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, conforme exemplifica Orlandi (2002), se o sujeito fala a partir do lugar do professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno. Isso acontece porque nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, onde as relações de força se sustentam no poder desses diferentes lugares.

É importante salientar que as formações imaginárias, enquanto mecanismos de funcionamento discursivo, não dizem respeito a sujeitos físicos ou lugares empíricos, mas às imagens resultantes de suas projeções.

A seguir, passamos a discutir o conceito de interdiscurso aliado ao intradiscurso.

2.2 Interdiscurso e intradiscurso

Para entendermos os conceitos de interdiscurso e intradiscurso, é necessário tecermos alguns comentários sobre a noção de formação discursiva (FD), a qual será melhor trabalhada num item próprio, a seguir. A FD constitui a possibilidade de explicitar como cada enunciado tem o seu lugar e a sua regra de aparição, como um dizer tem espaço em um lugar e realização a partir de condições de produção específicas, historicamente definidas. Segundo Pêcheux (1975), uma formação discursiva não é um espaço estruturalmente fechado, pois é constitutivamente “invadido” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outra FD) que nela se repetem, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais. Eis por que uma FD nunca é homogênea, já que é sempre constituída de diferentes discursos. A presença desses diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais, entrelaçados no interior de uma FD, denomina-se interdiscurso.

Orlandi (2002) define interdiscurso como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, “interdiscurso é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. (ORLANDI, 2002, p.31).

Nesse sentido, assim como a historicidade na AD determina que, para que uma palavra tenha sentido, é preciso que ela já faça sentido (efeito do já-dito), chama-se de efeito de pré-construído a impressão do sentido lá que deriva do interdiscurso e que faz com que, ao dizer, já haja um efeito de já-dito sustentando todo o dizer. Portanto, o interdiscurso é constituído de todo dizer já-dito e esquecido. Ele é a memória discursiva, aquilo que preside todo dizer.

Juntamente com o interdiscurso, temos o intradiscurso. Se pensarmos que o discurso é uma teia a ser tecida, o intradiscurso é o fio do discurso, é um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma vez que incorpora, no eixo sintagmático, a relação de possibilidade de substituição entre elementos como se eles tivessem um sentido evidente, literal.

De acordo com Courtine (1984, apud ORLANDI, 2002) há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo, que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso, ou seja, entre a constituição do sentido e sua formulação. A constituição do dizer (interdiscurso) é representada como um eixo vertical onde estão todos os dizeres já ditos e esquecidos. Já, a formulação do dizer (intradiscurso), remete àquilo que estamos dizendo em um momento e condições dadas, é representada como um eixo horizontal. Esses eixos se cruzam, de maneira

que todo dizer se dá no cruzamento da memória (constituição) e da atualidade (formulação) e é a partir desse jogo que se produzem o(s) sentido(s).

Dessa forma, o interdiscurso corresponde à dimensão vertical do discurso e o intradiscurso à dimensão horizontal. Portanto, é na articulação do plano interdiscursivo com o plano intradiscursivo, que se constitui o discurso. Conforme vimos anteriormente, é na dimensão vertical que se elabora o saber da FD. Já, na dimensão horizontal, é onde os elementos deste saber tornam-se lineares.

Precisamos, agora, pensar o espaço da ideologia e do sujeito em relação ao interdiscurso e ao discurso, uma vez que os ditos e também os não-ditos são sempre filiados a uma determinada FD, inscrita no interdiscurso. Assim, no próximo item, discorreremos sobre as noções de sujeito e ideologia.

2.3 Sujeito e ideologia

A noção de sujeito para a AD não é de um ser humano individualizado. Segundo Indursky (2000), desde as formulações inaugurais da teoria da AD (datadas de 1969), o sujeito é considerado social e não é tomado em sua condição lingüística e/ou individual. Em 1975, Pêcheux e Fuchs passaram a falar em uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica. Isso torna o sujeito não apenas social, mas também dotado de inconsciente, o que faz com que ele atue sob o efeito de duas ilusões: de ser a origem do sentido e fonte do dizer⁴.

Ainda em 1975, de acordo com Indursky (2000), Pêcheux acrescenta algo muito importante às suas formulações sobre o sujeito. Ele propõe “uma teoria não-subjetiva da subjetividade” (PÊCHEUX, 1988b, p. 133), ou seja, uma teoria subjetiva que articula entre si o inconsciente e a ideologia. É importante mencionar que o sujeito é interpelado pela ideologia, mas isso acontece de forma inconsciente, ou seja, o sujeito não se dá conta dessa interpelação. Para Indursky (2000), estamos falando da existência histórica do sujeito, o que Pêcheux (1975) designou de forma-sujeito. Portanto, para Pêcheux, o sujeito, além de social, é histórico, conseqüentemente, ideológico e dotado de inconsciente. Melhor dizendo, o sujeito

⁴ Tais ilusões são explicadas mais adiante, quando mencionamos os esquecimentos número 1 e 2.

da AD é duplamente afetado: em seu funcionamento psíquico, pelo inconsciente, e em seu funcionamento social, pela ideologia.

Pêcheux e Fuchs (1975) chamam a atenção para a questão do descentramento do sujeito, ou seja, ele não é o centro do seu dizer. Eles fazem essa afirmação quando falam a respeito de dois tipos de esquecimentos do sujeito. Pelo esquecimento número 1, que é da instância do inconsciente, o sujeito tem a ilusão de ser a origem do que diz, quando na realidade, retoma sentidos pré-existentes. Já, pelo esquecimento número 2, o sujeito enuncia partindo do que poderia ter enunciado e não enunciou, através de uma seleção no interior de uma formação discursiva, que aponta para a possibilidade de um dizer diferente, o que faz com que o sujeito tenha a ilusão de ser o dono de sua enunciação.

Assim, a AD vai mostrar, através dos processos discursivos, que, apesar do sujeito não ser a fonte nem a origem do sentido, ele carrega consigo essa ilusão. O sujeito é sempre assujeitado pela formação discursiva (FD) que o domina, pela ideologia e pelas outras FDs que nesse espaço se cruzam, através do interdiscurso. Esse processo de dominação de uma FD sobre o sujeito faz surgir o conceito de forma-sujeito, que Pêcheux (1975) define como o sujeito do saber, sujeito universal ou sujeito histórico de uma determinada FD. Dessa forma, é pelo viés da forma-sujeito que o sujeito do discurso se identifica com a FD que o constitui. Pêcheux (1975) afirma que é a forma-sujeito que regula o que pode e deve ser dito em uma determinada formação discursiva. Indursky (1997, p. 215) complementa essa idéia, ao afirmar “que a forma-sujeito regula o que não pode ser dito e também o que pode, mas convém que não seja dito no âmbito de uma determinada formação discursiva”. Pêcheux (1975) também traz o conceito de posição-sujeito, que é o resultado da relação que se estabelece entre o sujeito discursivo e a forma-sujeito de uma determinada FD. Ou seja, segundo Indursky (2000), o sujeito, ao relacionar-se com a forma-sujeito, pode assumir diferentes posições de sujeito, as quais vão desde a total identificação com a forma-sujeito, refletindo o saber de sua formação discursiva, até mesmo a divergência desse domínio de saber. Uma posição-sujeito representa, no processo discursivo, os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma formação social. Portanto, não há um sujeito único, mas diversas posições-sujeito, que estão relacionadas com determinadas formações discursivas e ideológicas.

Para melhor situarmos a ideologia na perspectiva da AD, consideramos importante trazer a presença de Althusser, pois Pêcheux estabelece relações de identificação com a teoria althusseriana no que diz respeito aos aspectos ideológicos presentes na língua.

Althusser (1985) formula duas teses acerca da ideologia:

- a) Não existe prática senão através de e sob uma ideologia;
- b) Não existe ideologia senão através do sujeito e para sujeitos.

São essas teses que permitem enunciar a teoria da interpelação do sujeito, que é a contribuição original de Althusser à teoria da ideologia. Quando os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes, acabam identificando-se com determinados sentidos e não com outros. Ao identificar-se com certos sentidos, o sujeito está se identificando com os saberes de uma dada formação discursiva.

Para Althusser (1985), não há ideologia fora das relações. A ideologia não existe no campo das idéias, mas se constitui nas práticas do sujeito, nas suas relações sociais. Isso leva Pêcheux (1975), a afirmar que a ideologia está em todo e em cada lugar social, interpelando o sujeito para que produza o seu dizer. A ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. Ela aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que o sentido se produza. Assim, não se pode pensar o sentido e o sujeito do discurso sem pensar a ideologia. Apesar de a ideologia não ser da ordem da consciência do sujeito, está presente em todas as suas manifestações, permitindo sua identificação com a formação discursiva que o domina.

Althusser (1985) diz que a ideologia não é um ato solitário, mas sim uma relação social. Ou seja, a ideologia só existe em práticas sociais inscritas em instituições concretas. Tais práticas, por sua vez, são reguladas por rituais materiais que se encontram nos aparelhos ideológicos do estado (AIE). Segundo Althusser, os aparelhos ideológicos do estado apresentam-se sob a forma de instituições distintas e especializadas, que constituem o lugar da luta de classes. O autor considera como aparelhos ideológicos do estado: religião, escola, família, sistema jurídico, sistema político, sindicatos, artes, sistema de informação (rádio, televisão), entre outros. Esses aparelhos, segundo Althusser, funcionam através da ideologia e a unidade entre eles (os aparelhos) está assegurada pela ideologia dominante, a da classe dominante. Althusser afirma, também, que os mecanismos ideológicos gerados pelos aparelhos ideológicos do estado, garantem a interpelação dos indivíduos como sujeitos (livres) e a submissão desses indivíduos às ordens do sujeito.

[...] os sujeitos “caminham”, eles “caminham por si mesmos.” [...] a imensa maioria dos (bons) sujeitos caminha “por si”, isto é, entregues à ideologia (cujas formas concretas se realizam nos Aparelhos Ideológicos do Estado). Eles se inserem nas práticas governadas pelos rituais dos AIE (ALTHUSSER, 1985, p. 103).

Ao refletir sobre ideologia e sobre a necessidade de uma teoria materialista do discurso, Pêcheux (1975) observa que o caráter comum das estruturas-funcionamentos designados, respectivamente, como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências subjetivas, nas quais se constitui o sujeito.

Assim, Pêcheux faz um deslocamento da noção de ideologia de Althusser para a AD, dotando esse sujeito do traço inconsciente. Para o autor, não podemos conceber a falta de uma articulação conceptual entre ideologia e inconsciente, uma vez que o sujeito, ao ser interpelado pela ideologia, não se dá conta dessa interpelação.

A evidência da existência espontânea do sujeito como origem ou causa de si é aproximada por Pêcheux de uma outra evidência, que é a evidência de sentido.

Como todas as evidências, inclusive aquelas que fazem com que uma palavra designe uma coisa ou possua um significado (portanto inclusas as evidências da transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e que isto não constitua um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar (PÊCHEUX, 1975, p. 153).

Mesmo a ideologia não sendo da ordem da consciência do indivíduo, ela está presente toda vez que o sujeito se manifesta. Portanto, não se pode pensar o sentido e o sujeito do discurso sem pensar em ideologia.

Com a finalidade de apreender o funcionamento da ideologia na constituição do discurso, a AD opera com a noção de formação discursiva enquanto componente da formação ideológica.

Por formações ideológicas entendemos, conforme Pêcheux e Fuchs (1975 apud GADET & HAK, 1997, p. 166), uma força capaz de intervir em outras forças, em confronto, em uma dada formação social; “cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito.”

As formações ideológicas cumprem sua função na determinação dos sentidos das palavras porque as inscrevem nas formações discursivas. É, pois, no interior das formações discursivas, que os sujeitos podem manifestar as posições ideológicas que ocupam no meio social.

Em seu texto *Remontémonos de Foucault a Spinoza*, Pêcheux (1980, p. 192) diz o seguinte sobre ideologia: “uma ideologia é não idêntica a si mesma, só existe sob a modalidade da divisão, e não se realiza a não ser na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários”.

Mais adiante, acrescenta que “a propósito da ideologia, trata-se de pensar a contradição de dois mundos em um só” (PÊCHEUX, 1980, p.192). Com essas informações, segundo Indursky (2000), Pêcheux introduz a diferença e a divisão como características da ideologia, ou seja, ela é heterogênea e existe sob o signo da contradição, como algo constitutivo dos processos discursivos.

Ideologia, sujeito e discurso são termos que se apresentam profundamente intrincadas, uma vez que o discurso é o resultado de um amplo e complexo processo de constituição do sujeito pela ideologia. Dessa forma, quando o sujeito expressa suas idéias, elas estão entranhadas das formas ideológicas que perpassam a posição desse sujeito na sociedade. A ideologia deve ser entendida como constitutiva da prática discursiva e não como algo exterior ao discurso, pois é através dela que se produzem efeitos de sentido no discurso.

Ao mencionarmos sentidos e sujeito, precisamos pensar qual é o lugar específico da constituição dos sentidos e da identificação do sujeito. Tal lugar é a formação discursiva (FD), que será abordada a seguir.

2.4 Formação discursiva

O conceito de FD é forjado por Foucault (1997)⁵, em sua obra “A Arqueologia do Saber”, quando diz

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 1997, p. 43).

⁵ Esta é a data da tradução brasileira. A edição original é de 1969.

Para o autor, melhor explicando, uma formação discursiva relaciona um sistema de dispersão onde é possível observar uma regularidade em relação aos objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas. Assim, essa regularidade dos enunciados é definida pela FD, uma vez que o enunciado pertence a uma FD, assim como uma frase pertence a um texto. O próprio conceito de discurso, para Foucault (1997), diz respeito à noção de FD. Segundo o autor, um conjunto de enunciados, que derivam da mesma FD, constitui o discurso.

Pêcheux e Fuchs (1975), ao elaborarem o quadro epistemológico da AD, retomam a noção de Foucault. E fazem isso a partir do conceito de formação ideológica (FI). A FI é um conjunto complexo de atitudes que não são individuais, nem universais, mas relacionam-se com as posições de classe. Elas comportam uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito, apagando o que não pode e não deve ser dito.

Assim, segundo Pêcheux (1988, p. 160),

FD é aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).

Ou seja, a FD é a matriz de sentidos que regula o que o sujeito pode e deve dizer e, também, o que não pode e não deve ser dito. É a manifestação, no discurso, de uma determinada formação ideológica em uma situação específica de enunciação.

Não podemos, segundo Pêcheux, pensar que as FDs são blocos homogêneos que funcionam automaticamente. O autor, reportando-se a Foucault, argumenta:

A noção de formação discursiva (FD) começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu exterior: uma FD não é um espaço estruturalmente fechado, pois é constitutivamente invadido por elementos que vêm de outro lugar (outras FDs) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais. (PÊCHEUX, 1990, p. 314).

Reiteramos, com essas palavras citadas, que as FDs são heterogêneas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações. Um

mesmo tema pode ser objeto de conflitos, de tensão, diante das diferentes posições ocupadas por sujeitos que se opõem, se contestam. A noção de formação discursiva é básica na AD, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, bem como a sua relação com a ideologia.

É preciso, também, estabelecermos uma relação entre a FD e o sentido. Para isso, valemo-nos de Pêcheux (1975), que afirma que, no processo discursivo, os sentidos não estão nas palavras, pois elas mudam conforme as posições de quem as emprega, ou seja, de acordo com as formações discursivas em que elas se inscrevem. As mesmas palavras podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes. As formações discursivas representam no discurso as formações ideológicas, e é por isso que podemos afirmar que os sentidos são sempre determinados ideologicamente. De acordo com as posições dos sujeitos envolvidos, a enunciação tem um sentido e não outro (s), de modo que uma mesma palavra pode ter sentidos diferentes de acordo com as formações ideológicas (ou discursivas) em que os sujeitos se inscrevem.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc..., não existe em “si mesmo” [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposição são produzidas (PÊCHEUX, 1988b, p. 190)⁶

Nessa perspectiva, a FD nunca é homogênea, é sempre constituída por diferentes discursos, pois há várias posições-sujeito instauradas no discurso. Orlandi (1986) diz que, assim como o sujeito e o sentido estão inscritos no interior da FD, esta está inscrita no interdiscurso.

Quando fazemos uma análise, a posição-sujeito e o sentido são relativos à inscrição a uma formação discursiva do dizer submetido à análise. O corpus de nosso trabalho apresenta SDs que estão inscritas na FD empresarial. Buscaremos, através das análises, verificar que efeitos de sentido são evidenciados nessa FD e que sentidos são silenciados, pois não devem circular em uma FD empresarial. Também examinaremos se, na FD empresarial, existe lugar para diferentes posições-sujeito, ou ainda, quem é o sujeito que se inscreve nesse discurso.

Para tanto, necessitamos trabalhar com os conceitos de designação e silêncio, que serão abordados no próximo item.

⁶ A edição traduzida, utilizada para o presente trabalho, é de 1988.

2.5 Designação e silêncio

Os conceitos de designação e silêncio são muito importantes para a realização das análises que nos propusemos a fazer. Portanto, passamos a fazer algumas considerações acerca desses conceitos.

A análise discursiva das designações (denominações) envolve uma reflexão crítica sobre a referência e a produção de sentidos. Assim, retomaremos a noção de referência sob o ponto de vista de Frege (1978). Para esse autor, cujo trabalho situa-se na lógica, sentido e referência têm domínios distintos: o sentido de palavras e expressões deixa necessariamente de coincidir com as coisas por elas designadas. A partir de Frege, considera-se que duas expressões lingüisticamente diferentes podem ter sentidos diferentes, embora tenham a mesma referência. Segundo Frege, à referência corresponde a possibilidade de designar algo através da linguagem, mas com tais designações (em suas distintas maneiras de realização lingüística), estão ligados distintos sentidos. Diferencia-se, a partir de Frege, a maneira como se dá a relação de designação entre uma expressão e o objeto por ela designado.

Guimarães (1995, p. 74) afirma que “a relação de designação é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é ao contrário, exposto à diferença”. Ou seja, a designação é uma relação instável porque é produzida pelo cruzamento de diferentes posições de sujeito, a partir das quais instala-se um sentido, apagando outros possíveis.

Ainda, conforme Guimarães (2002), a designação “particulariza a relação da linguagem com o real, ou seja, o modo como a linguagem apreende o mundo, aí subentendidos os movimentos do sujeito. O autor situa o ato de nomear como um acontecimento que “ não é um fato no tempo “, mas um “ acontecimento que temporaliza” (GUIMARÃES, 2002, p. 2). Da mesma forma que o acontecimento apresenta-se determinante em relação ao tempo, é determinante também em relação ao sujeito, que se submete ao continuum do tempo histórico.

Segundo Mariani (1998), as designações (denominações) significam não apenas pelo que se diz com elas, ou pelo modo como se diz, mas também pelo que não se diz, bem como pelo que se depreende das relações que elas mantêm entre si. As designações organizam regiões discursivas de sentidos que podem se repetir ou se transformar a cada período histórico, em correspondência com as relações sociais de força em jogo. Isso significa que as

designações estão instaladas no interdiscurso, impedindo outras significações, mas ao mesmo tempo, tornando evidente a fuga dos sentidos.

Mariani (1998) ainda afirma que “o processo de designação não está na ordem da língua ou das coisas, mas organiza-se na ordem do discursivo, o qual consiste na relação entre o lingüístico e o histórico-social, ou entre linguagem e exterioridade.” (1998, p.118). Dessa forma, designar é significar, ou melhor, representa uma vertente do processo social geral de produção de sentidos. As designações significam, segundo Mariani (1998), pois tornam visíveis as disputas, as imposições e os silenciamentos existentes entre a formação discursiva dominante e as demais.

Zoppi-Fontana (1999) trata das relações entre linguagem e objeto como processos de referenciação, ou seja, o modo como é operada a construção discursiva de um objeto de referência. Segundo a autora, a referência é um “efeito de sentido produzido pela inscrição do interdiscurso como espaço de memória no acontecimento enunciativo” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 212). Zoppi-Fontana ainda destaca a não pré-existência tanto das designações quanto dos objetos; ambos são “produzidos, como efeito de evidência, pelos gestos de interpretação que definem as diferentes posições de sujeito a partir das quais se enuncia (...) (ibid). Ou seja, as designações são efeito de gestos de interpretação e funcionam no texto como pontos de estabilização das relações de referência que se dão pela intervenção do interdiscurso no acontecimento da enunciação.

Para Zoppi-Fontana (1999), as designações silenciam as diferentes posições de sujeito, as quais poderiam evidenciar efeitos de sentido não desejáveis no momento da enunciação. Isso aponta para um aparente efeito de estabilidade do dizer. E essa estabilidade é apenas aparente, pois em todo discurso há o atravessamento de outros discursos.

Rasia (2004), afirma que os processos de designação não apontam para relações de identidade, nem entre palavra/coisa e nem entre nomes e práticas aparentemente semelhantes. Segundo a autora, o processo de designação aponta, em sua essência, para determinações históricas reconstituídas pela memória discursiva, visto que nomeamos a partir de um lugar ideológico.

Segundo Orlandi (1989), toda designação acarreta um silêncio que o fato mesmo de nomear produz. Toda fala instala espaços de silêncio e o ato de nomear recorta esses espaços, definindo-os. Assim, as designações em inglês, que aparecem nos SDs, acarretam o silenciamento do termo em português, que nesse momento não deve ser mencionado.

Para Orlandi (1997), o silêncio é fundador e garante o movimento dos sentidos, ou seja, o silêncio significa, produz sentido. O silêncio não significa uma ausência que permite a

realização da palavra. O silêncio, no discurso, não é algo sobre o qual as palavras se sobrepõem, ao contrário, a palavra se faz presente pelo que não diz. É evidente que não se trata do silêncio enquanto fenômeno físico, conforme registra Orlandi (1997, p. 34), “o silêncio não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras. Não dura. Só é possível vislumbrá-lo, de modo fugaz. Ele escorre por entre a trama das falas”.

O silenciamento de sentido acontece pelo viés da ideologia, que se instala sobre os enunciados na medida em que conecta alguns sentidos e mascara outros, ou seja, há um silenciamento de dizeres possíveis, mas que não devem ser ditos. Percebemos, assim, que o silêncio é o elemento que constitui o sentido; sem silêncio não há sentido.

Orlandi (1997, p. 70) menciona dois tipos de silêncio: o silêncio fundador e a política do silêncio (silenciamento). Segundo a autora, o silêncio fundador “é a própria condição da produção de sentido [...] é o lugar que permite à linguagem significar”. Desta concepção de silêncio, como condição de significação, resulta que há uma incompletude constitutiva da linguagem quanto ao sentido. Esta incompletude não deve ser compreendida como falta, conforme diz Orlandi (1997), mas como horizonte. Essa noção de silêncio é o que a autora chama de silêncio fundador.

A política do silêncio (silenciamento) apresenta duas formas de existência: o silêncio constitutivo e o silêncio local. O silêncio constitutivo é determinado pelo caráter fundador do silêncio e pertence à ordem da produção do sentido. Este silêncio produz um não-dito necessariamente excluído, ou seja, este silêncio estabelece o que fica fora para poder significar. “O silêncio constitutivo também trabalha os limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente os limites do dizer” (ORLANDI, 1997, p. 76).

Orlandi (1997, p. 75) diferencia o silêncio fundador da política do silêncio, dizendo que “a diferença entre o sentido fundador e a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa por si mesmo”.

O silêncio local, segundo Orlandi (1997) diz respeito à interdição do dizer. Àquilo que se proíbe dizer, o que constitui a censura. Ou seja, um silêncio que é imposto por uma determinada conjuntura que estabelece o que pode e o que não pode ser dito. De acordo com a autora, “a censura pode ser compreendida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, o que faz com que a identidade do sujeito seja imediatamente afetada” (ORLANDI, 1997, p. 78).

Diante do exposto, constatamos que as designações são mecanismos muito importantes na produção do silêncio, pois elas podem se constituir num processo de apagamento de sentidos, o qual se dá pelo silenciamento de dizeres possíveis, mas que não devem ser ditos. As designações apontam para um aparente efeito de estabilidade do dizer e para o silenciamento de enunciados indesejáveis em uma determinada FD, pois todo dizer, conforme afirma Orlandi (1997), é uma relação fundamental com o não-dizer. Assim, no processo discursivo, o dizer e o silenciamento são inseparáveis.

Interessa-nos, neste trabalho, analisar os silenciamentos de diferentes posições-sujeito produzidos pelas designações, usadas em inglês, no discurso empresarial. Pretendemos, através da análise das seqüências discursivas, buscar o gesto de interpretação, ou seja, como essas seqüências significam, quais sentidos são apagados e quais são evidenciados.

3 MERGULHANDO NAS ANÁLISES

Neste capítulo, primeiramente, fazemos um percurso histórico pelas teorias da administração para mostrarmos quando começou o imperialismo econômico e lingüístico dos Estados Unidos. Logo depois, trazemos algumas reflexões acerca de estrangeirismos e empréstimos lingüísticos para verificarmos se são dois nomes para o mesmo conceito ou não. Na seqüência, fazemos algumas considerações sobre as condições de formação do discurso empresarial e do discurso jornalístico sob a ótica de diferentes autores, ou seja, como esses autores conceituam tais discursos. Julgamos necessário mencionar os dois tipos de discurso porque o discurso empresarial é rico de expressões e palavras em língua inglesa, nosso objeto de estudo. Já, a menção ao discurso jornalístico deve-se ao fato das colunas das revistas analisadas serem escritas por jornalistas e, também, devido a esse discurso (jornalístico) funcionar como um aparelho a serviço do discurso empresarial. Trazemos, também, um item que trata do lugar discursivo ocupado por esse jornalista, especialista em economia.

A seguir, comentamos como se deu a constituição do corpus de nosso trabalho e, finalmente, apresentamos as SDs escolhidas para análise.

3.1 Imperialismo econômico e lingüístico

O avanço da língua inglesa no Brasil e, também em outros países, é inquestionável. Palavras e expressões em inglês inseriram-se em praticamente todos os setores da vida, desde vitrines de lojas, comerciais de televisão, jornais, revistas até as camisetas que os jovens usam e que, na maioria das vezes, não sabem o que dizem. Para Rajagopalan (2002), o inglês não é somente uma língua; trata-se de uma mercadoria que está sendo explorada por publicitários e

especialistas em marketing, que acreditam que o uso da palavra estrangeira confere algo a mais ao produto que está sendo comercializado. Para o autor, nos últimos tempos, o processo de anglicização tem se manifestado como uma marcha triunfante, embora arrogante e agressiva, no cenário cultural brasileiro.

Economistas e empresários utilizam naturalmente palavras que foram diretamente tomadas do inglês, sem qualquer tentativa de vernaculizá-las para o português. O uso constante dessas palavras em inglês, para Rajagopalan (2002), somente aumenta as suspeitas de que os economistas estão mais preocupados com os interesses de seus colegas norte-americanos do que com as condições de subemprego e desemprego a que os trabalhadores brasileiros são submetidos.

É importante que nos questionemos quando a língua inglesa passou a exercer um poder maior nos mais diversos setores, principalmente no econômico. Ou seja, qual a origem desse imperialismo econômico e lingüístico exercido pelos Estados Unidos? Buscamos a resposta para esse questionamento nas escolas ou teorias da administração.

De acordo com Motta (2002), a escola clássica é a escola mais velha e iniciou com a Teoria da Administração Científica, estabelecida por Frederick W. Taylor (1856-1915), nascido na Pensilvânia, Estados Unidos, de uma família Quaker. De acordo com Silva (2001), Taylor teve uma educação básica rígida e disciplinada. Aos 18 anos, desistiu de cursar Direito em Harvard, para tornar-se operário em uma pequena metalúrgica da Filadélfia, onde permaneceu por quatro anos. Em 1878, Taylor ingressou na siderúrgica Midvale Steel Co., onde, em apenas seis anos, passou de operário a engenheiro chefe.

Entretanto, antes de discorrermos sobre essa teoria, é importante situar o contexto histórico da Escola Clássica de Administração.

Segundo Motta (2002), na passagem do século XIX para o século XX, os Estados Unidos tinham se tornado a principal potência industrial no mundo. Em 1913, a economia norte-americana produzia cerca de um terço do produto industrial bruto mundial. A maior parte das indústrias estratégicas (ferrovias, bancos, produção fabril) estava nas mãos de poucas empresas, corporações poderosas.

Motta (2002) afirma ainda que, na época de Taylor, em muitas indústrias americanas, encontravam-se ainda resquícios de uma autoridade tradicional, que é baseada nos costumes e tradições de uma cultura. Nessas indústrias, artesãos e operários especializados eram empregados e exerciam a sua técnica por empreitada. Nesse sistema, os proprietários das fábricas transferiam para os artesãos a responsabilidade de montar o sistema produtivo em suas fábricas, cabendo a esses profissionais (artesãos) assumir os riscos e a responsabilidade

pela produção. O objetivo de Taylor era substituir esses sistemas tradicionais por estruturas burocráticas que garantissem a funcionalidade e a eficiência do processo produtivo.

Segundo Silva (2001), os princípios da teoria da administração científica se basearam na estrutura formal e nos processos das organizações. O pensamento central dessa escola pode ser resumido na afirmação de que alguém será um bom administrador à medida que planejar cuidadosamente seus passos, que organizar e coordenar racionalmente. As pessoas eram vistas como instrumentos de produção e utilizadas para alcançar a eficiência para a organização. Para o autor, os classicistas ignoraram a importância do fator humano, porque eles acreditavam que as pessoas deveriam estar sob um sistema de autoridade, cujo fluxo vinha de cima para baixo, para atingirem o ápice em seu trabalho.

As relações de trabalho entre empresários e operários têm se modificado ao longo do tempo, apesar do objetivo ainda ser o mesmo: as empresas estão sempre em busca de maiores lucros. Essa é a principal característica do capitalismo, cujo principal aliado é o discurso empresarial. Esse discurso empresarial, que sugere mudanças na sociedade capitalista, está repleto de palavras e expressões em inglês, objeto de investigação de nosso trabalho.

Silva (2001) diz que Taylor revolucionou os processos tradicionais dos métodos de trabalho, através da aplicação de métodos científicos a muitas empresas norte-americanas. Para Taylor, existe uma única maneira certa que é capaz de maximizar a eficiência do trabalho, uma vez que existem pessoas ideais para cada tipo de trabalho.

Essa idéia de que existem indivíduos com talento para cada tipo de trabalho nos permite fazer uma relação, na AD, com a questão da construção do imaginário. Ou seja, no discurso empresarial, que imagem o sujeito constrói acerca do empresário bem-sucedido, competente, atualizado e, também, que imagem ele constrói da empresa que melhor emprega estratégias de gestão para alcançar destaque no mercado empresarial? As análises feitas nesse trabalho apontam para a imagem desse empresário de sucesso e também para a imagem das empresas que se destacam mundialmente. A construção de tais imagens é típica do discurso empresarial.

Outro representante da escola clássica de administração é Henry Ford (1863-1947), nascido no Estado de Michigan (EUA). Ford representa a contribuição da indústria para a formação da teoria clássica da administração, pois era um empresário com visão prática, que buscava a cristalização do conceito da eficiência numa fábrica de automóveis.

De acordo com Silva (2001), enquanto no sistema de Taylor o operário executava movimentos regulados e prescritos pela administração de planejamento, no sistema de Ford o operário adaptava seus movimentos à velocidade da esteira rolante, sendo naturalmente

conduzido à ritmização involuntária, de acordo com o nível de produção. Para o autor, Henry Ford apresentou ao mundo o maior exemplo de administração eficiente individual que a história conhece, através de sua filosofia de produção em massa, preços baixos, altos salários e organização eficiente do trabalho, destacando-se aí a rapidez de fabricação.

Para Motta (2002), o sistema de Ford teve a importante função social de democratizar o consumo do automóvel, pois o antigo sistema produtivo artesanal produzia automóveis a custos altíssimos. Tratava-se do chamado efeito Rolls Royce: o automóvel era uma peça única de arte, lapidado sob encomenda, onde apenas milionários podiam ter acesso a ele.

Assim, o Fordismo, segundo Motta (2002) permitiu a generalização da linha de montagem e de um sistema econômico fundamental para a consolidação da sociedade industrial.

A teoria clássica da Administração recebeu, também, a grande contribuição de Henri Fayol (1841-1925). Nascido em Constantinopla, numa família burguesa, Fayol foi educado na França e formou-se engenheiro de minas em 1860. Como engenheiro, acostumou-se a trabalhar baseado em princípios e técnicas. Ele levou esse hábito de trabalho para o seu cargo e depois para o de diretor, formulando um conjunto de princípios de administração geral que ele considerava úteis para toda situação administrativa. Alguns desses princípios contrastam com os de Taylor. Segundo Lodi (1993), Taylor defendeu a supervisão funcional indicando que um operário deveria ser controlado por diversos supervisores, cada um especializado num aspecto da tarefa do operário. Contrariamente, Fayol defendeu o princípio de unidade de comando, segundo o qual uma pessoa deve ter apenas um chefe diante do qual ela é responsável pelo seu trabalho. Ou seja, para o autor, um empregado deveria receber ordens de apenas um superior. Esse princípio era ainda mais válido no caso das empresas de família, que eram frequentes no tempo de Fayol.

De acordo com Silva (2001), uma avaliação prematura de Fayol colocou o seu trabalho em competição ou contraste com o trabalho de Taylor. O próprio Fayol insistia de que não era assim e que os trabalhos eram complementares, no sentido de que ambos procuravam a melhoria administrativa por diferentes caminhos de análise.

É curioso que, por causa do desconhecimento do trabalho de Fayol, mesmo na França, e pela maior divulgação do trabalho de Taylor, os Estados Unidos levaram 40 anos para apreciar suas idéias. Os estudiosos de língua inglesa só vieram a conhecer a obra de Fayol depois de 1949, quando foi feita a primeira tradução de seus trabalhos para o inglês.

O século XX caracterizou-se por ser uma época marcada por um desenvolvimento econômico rápido e mudanças importantes, tanto na Europa como nos Estados Unidos. Na

sociedade industrial, iniciou-se a grande produção em massa. Máquinas dotadas de programas sofisticados impulsionaram a fabricação de produtos padronizados, através do Fordismo e do Taylorismo. Segundo Corrêa (2003), a administração científica, disparada por Taylor e Ford, evidencia um impressionante domínio norte-americano no desenvolvimento da área de gestão empresarial.

Trazendo as idéias dessas teorias para o âmbito da AD, percebemos que elas enaltecem as relações de produção da sociedade capitalista, apesar dessa sociedade ser sustentada pelo processo de exploração do homem pelo homem. Portanto, a evidência de sentido que se produz, através do viés do funcionamento da ideologia, é de que a gestão do mundo empresarial está especialmente voltada para atender aos interesses do capital. E é por esse viés ideológico que explicamos a existência de designações em inglês no discurso empresarial.

Na segunda metade do século XX, o Brasil e outros países pobres ingressam na era da industrialização com a vinda das multinacionais para se instalarem em território brasileiro. A língua usada na maioria dessas multinacionais era, e ainda é, o inglês americano, apesar de serem empresas do Brasil.

Dessa forma, o inglês americano vai encontrando um caminho fértil para se infiltrar no mundo dos negócios, mais especificamente, no discurso empresarial. Esse discurso empresarial se apropria/incorpora essas palavras e expressões em inglês, produzindo efeitos de sentido que serão analisados neste trabalho.

Procuramos mostrar, através desse pequeno percurso histórico, que o poder econômico norte-americano tem origem nas escolas clássicas de administração. Essa dominação econômica, exercida pelos Estados Unidos, continua acontecendo dentro das perspectivas contemporâneas da administração.

Para Ribeiro (2003), diante do fenômeno da globalização, o mundo encontra-se regionalizado e internacionalizado e as fronteiras estão desaparecendo para as empresas que, cada vez mais, associam capital e força de trabalho com empresas de outros países. Essa associação acontece, principalmente, com os Estados Unidos, que são um país que oferece um retorno financeiro mais seguro.

Essa globalização, esse mundo sem fronteiras, não existe apenas no aspecto econômico. Isso perpassa também a questão da língua, principalmente a língua inglesa, cuja primeira característica geopolítica, de acordo com Le Breton (2005), é sua universalidade. O autor ousa dizer que não há nenhuma categoria da população de um país que não se sinta atraída pelo inglês. Esse fenômeno pode ser explicado através do peso político do mundo de

língua inglesa e por seu sucesso em todos os âmbitos da vida científica, econômica e industrial.

Vivemos em uma sociedade dividida em classes e um mundo dividido em países dominadores e dominados, onde o progresso é comandado pelos países dominantes.

Segundo Carvalho (1989), é através do fator econômico que se criam os instrumentos de prestígio e dominação de uma língua sobre a outra, dando condições de penetração a termos estrangeiros.

O fato do Brasil ser um país economicamente dependente dos Estados Unidos nos aponta para a significativa penetração da língua inglesa no discurso empresarial, onde, através da ideologia, os sujeitos que se apropriam/incorporam essa língua, produzem, como evidência de sentido, prestígio e respeitabilidade no mundo empresarial.

Por esse viés da dominação econômica norte-americana, podemos justificar a presença de tantos termos e expressões em língua inglesa presentes no discurso empresarial, fator determinante para a realização desse trabalho.

A economia brasileira sempre dependeu e continua dependendo da americana. Portanto, se o dinheiro vem dos Estados Unidos sob a forma de empréstimo, é de lá que também vêm as palavras sob a mesma forma. Esperamos, assim, termos conseguido mostrar que o imperialismo lingüístico da língua inglesa é decorrente do imperialismo econômico exercido pelos Estados Unidos até hoje. Procuramos, também, mostrar que esse poder econômico instalou-se na passagem do século XIX para o século XX, de acordo com as teorias da administração. Portanto, a razão pela qual investigamos as teorias da administração, foi buscar a origem da supremacia econômica norte-americana.

3.1.1 Empréstimo lingüístico X estrangeirismo

As línguas estão sempre mudando em virtude de sua natureza de processo e não de produto acabado e, também, pelo contato com as demais línguas. Segundo Carvalho (1989), a ampliação do léxico de uma língua viva resulta de dois processos:

- o processo de criação dentro da própria língua;
- o processo de adoção e adaptação de um termo de língua estrangeira.

Interessa-nos, especialmente para este trabalho, o segundo processo, uma vez que pretendemos identificar se os termos empréstimo lingüístico e estrangeirismo constituem dois nomes para o mesmo conceito ou não.

As mudanças lingüísticas acontecem, de acordo com Carvalho (1989), devido à própria natureza da língua e também devido ao contato com outras línguas, o que se traduz no fenômeno dos empréstimos. Bloomfield (1961) definiu o fenômeno do empréstimo como sendo a adoção de traços lingüísticos diversos daqueles pertencentes ao sistema tradicional. Para o autor, os empréstimos são responsáveis em grande parte pela renovação vocabular, pois, são em sua grande maioria, de natureza lexical.

Para Carvalho (1989), o empréstimo lingüístico tem sua origem no momento em que objetos, conceitos e situações nomeados em língua estrangeira transferem-se para outra cultura. O empréstimo não se constitui uma criação lingüística no sentido real do termo, pois o elemento novo não acionou a criatividade do falante. Ele (o falante) apenas acomodou ou adaptou a seu sistema um elemento de um sistema diverso.

Todas as línguas do mundo trazem em seu sistema marcas de empréstimos. Carvalho (1989) afirma que essa tendência à adoção de empréstimos pode ser explicada pela força de intercuro, denominada por Saussure. Para Saussure, a força de intercuro obriga os homens a interagirem, favorecendo a adoção das inovações e propagando-as. Assim, é a força de intercuro a responsável pela disseminação dos empréstimos.

Ao deslocarmos os empréstimos lingüísticos para a AD, percebemos que acontece uma acomodação ou adaptação desses elementos de língua estrangeira no interior do discurso, produzindo deslocamentos de sentido. Nesse caso, o discurso incorpora esses elementos de língua estrangeira, o que acaba produzindo um efeito de naturalização no idioma.

Já, os estrangeirismos, que são aquisições novas de língua estrangeira, provocam um efeito de estranhamento no interior do discurso, pois são novas maneiras de dizer que se fixam no idioma no momento em que o discurso se apropria desses estrangeirismos.

Guimarães (2007), em seu artigo *Empréstimo ou Estrangeirismo*, traz o posicionamento do lingüista Mattoso Câmara (1977, p. 76), que diz: “uma língua está sempre praticando o empréstimo [...] O empréstimo é a intromissão de um elemento de um sistema estranho no sistema considerado”, que, embora estranho ao sistema, produz um efeito de naturalização do(s) sentido(s). Assim, toda língua está sempre em mudança e um dos fatores que a faz mudar é o empréstimo lingüístico.

Para tratar dos estrangeirismos, Guimarães (2007) traz o posicionamento do lingüista Said Ali (1971, p. 81) que diz: “a denominação aquisições novas é, no entanto, perfeitamente

aplicável aos ganhos de outra espécie. São aquisições as novas maneiras de dizer que se fixam no idioma e os termos que nele se implantam tomados de línguas estrangeiras”.

Assim, para Said Ali (1971), os estrangeirismos são aquisições novas que se fixam no idioma e que nele se implantam tomados de língua estrangeira.

Segundo Garcez e Zilles (2000), em seu artigo “Estrangeirismos – desejos e ameaças”, estrangeirismo é o emprego, na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas. Trata-se de um fenômeno constante no contato entre comunidades lingüísticas.

O estrangeirismo pode ter as mais variadas origens e é classificado também de acordo com sua origem em anglicismo, galicismo, helenismo, italianismo, arabismo e espanholismo.

É necessário que fique bem clara a distinção entre empréstimo e estrangeirismo. Para Carvalho (1989), o empréstimo é o estrangeirismo adaptado de várias formas. A autora faz uma comparação interessante para mostrar que se tratam de conceitos diferentes.

Tomando como paralelo o caso dos permanentes e valiosos empréstimos monetários feitos pelo Brasil, embora o governo brasileiro receba em dólares, estes são transformados em cruzados para uso no território nacional. Assim, o empréstimo é o estrangeirismo adaptado de várias formas (CARVALHO, 1989, p. 47).

Neste trabalho, os estrangeirismos se concentram no uso de elementos do inglês, que é a grande fonte de empréstimos ao português e às demais línguas.

Ao relacionarmos estrangeirismo e empréstimo com as análises feitas neste trabalho, podemos afirmar que, em alguns recortes analisados, o discurso empresarial executa um movimento de apropriação dessas expressões em inglês, as quais vão constituir aquisições novas que se fixam nesse discurso, ou seja, são estrangeirismos. Já, em outros recortes analisados, o discurso empresarial incorpora esses termos em inglês de modo tão íntimo que eles passam a fazer parte do contexto lexical da língua portuguesa, constituindo, assim, empréstimo lingüístico.

Quando esses elementos de língua inglesa não são explicados na SD, o sujeito (no nosso trabalho chamado de sujeito jornalista) executa um movimento de incorporação desses elementos. Assim, ocorre uma naturalização de sentido dessas palavras em inglês no discurso empresarial.

Entretanto, quando esses elementos de língua inglesa são explicados no interior da SD, o sujeito (sujeito jornalista) executa um movimento de apropriação, mas não de incorporação,

o que acaba produzindo um efeito de distanciamento do sujeito com relação ao discurso empresarial.

A relação apropriação/incorporação é abordada mais detalhadamente nas análises das seqüências discursivas.

Não há dúvida de que existe uma avalanche de estrangeirismos e empréstimos lingüísticos na língua portuguesa. Seriam eles imprescindíveis? Segundo Garcez e Zilles (2000), os estrangeirismos não são imprescindíveis; entretanto, são desejados por muitos de nós e, na maioria das vezes, são incorporados sem deixar cicatrizes.

3.1.2 Condições de produção dos discursos empresarial e jornalístico

Neste trabalho, pretendemos investigar os efeitos de sentido produzidos pela língua inglesa no discurso empresarial. Para tanto, é necessário que façamos algumas considerações sobre o que entendemos acerca de discurso empresarial, além de relacioná-lo com o discurso jornalístico.

O discurso empresarial assume uma importância bastante significativa atualmente, ao consolidar-se como um dos principais aliados de um capitalismo renovado, em que os discursos neoliberal, da privatização e globalização formam a base do pensamento econômico moderno.

De acordo com Amaral (2005), na sociedade capitalista atual, muito se tem falado em “nova ordem mundial”, “reestruturação produtiva” e “globalização”. Essas expressões são facilmente encontradas no discurso econômico (por nós nomeado como discurso empresarial) e político, sugerindo algo novo, um movimento de mudança nessa sociedade capitalista. O termo globalização, por exemplo, teve sua origem no inglês (global), sugerindo um mundo que está nascendo “sem fronteiras”. Globalização é uma palavra, assim como muitas outras, que não encontrou empecilho para penetrar no mundo dos negócios dos países em desenvolvimento econômico, que vêem aí uma possibilidade de participação no mercado internacional. Tais considerações evidenciam a hegemonia da língua inglesa no mundo globalizado e, conseqüentemente, no discurso empresarial. Segundo Chesnais (apud, AMARAL, 2005), o inglês é considerado o veículo lingüístico por excelência do capital. É a língua que representa o mundo conceptual dos negócios.

Piccardi (1999, p. 11), em sua dissertação de mestrado, define discurso empresarial da seguinte forma,

[...] discurso empresarial é o conjunto de sentidos construídos no processo de interlocução que ocorre dentro do universo empresarial. Tal universo inclui, além das empresas (constituídas por empregados e acionistas), entidades governamentais e sindicais, parceiros, clientes, fornecedores e o público em geral com os quais as empresas se relacionam.

Baseados nessas palavras, podemos afirmar que o discurso empresarial pode produzir sentidos diferentes de acordo com as posições dos sujeitos envolvidos, pois aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Assim, o sujeito que fala da posição de empregado é diferente do que fala da posição de acionista, sindicalista, cliente ou fornecedor de uma empresa. Especificamente falando de nossa pesquisa, podemos afirmar que, além dos sujeitos que se inscrevem nas posições citadas anteriormente, também fazem parte desse universo empresarial as revistas analisadas neste trabalho, pois elas tratam de assuntos que se relacionam com empresas, empresários e o mundo dos negócios em geral.

Para Piccardi (1999), o discurso empresarial afirma e fortalece os interesses sócio-político-econômicos de empresas que, precisando do lucro para continuar existindo, criam uma realidade própria na qual se incluem novas necessidades de consumo.

O discurso empresarial está repleto de palavras e expressões em inglês. Fato este que evidencia nossa subserviência econômica em relação aos Estados Unidos. Essas palavras e expressões em inglês não se encontram no discurso empresarial por acaso. Elas reproduzem o discurso do capital, o qual representa a ideologia dominante. Em outras palavras, o sentido está muito além dessa apropriação e/ou incorporação que o discurso empresarial faz da língua inglesa. A grande quantidade de expressões em inglês no discurso empresarial nos faz pensar no seguinte questionamento: o discurso empresarial se apropria dessas palavras e expressões em inglês ou elas são simplesmente incorporadas por ele? Através das análises, que serão desenvolvidas mais adiante, verificamos que expressões do tipo *private equity*, *headhunter* e *headhunting* circulam naturalmente em uma FD empresarial, mas existe uma implicação ideológica por trás dessa aparente naturalidade. Portanto, o discurso empresarial se apropriou desses termos, pois eles atendem melhor aos interesses do capital. Já, palavras como *boom*, *performance* e *fashion*, não circulam apenas na FD empresarial. Estamos acostumados a ver e

ouvir essas expressões como se fizessem parte do nosso idioma. Assim, podemos dizer que essas palavras foram incorporadas pelo discurso empresarial.

Parece-nos necessário, também, fazer algumas considerações sobre o discurso jornalístico, uma vez que todas as pessoas que assinam as colunas das revistas de onde foram selecionadas as SDs para análise são jornalistas. Fato este que faz com que o discurso jornalístico funcione como um aparelho a serviço do discurso empresarial. É o sujeito jornalista que faz falar o sujeito empresarial.

Para Mariani (1998), o discurso jornalístico insere o inesperado, o possível ou previsível em uma ordem, organizando filiações de sentidos possíveis não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros. Para isso, os jornais digerem para os leitores aquilo sobre o que se fala, mostrando, nesse funcionamento jornalístico, um dos aspectos de convencimento que envolve os leitores.

As revistas *Exame* e *Pequenas Empresas & Grandes Negócios* (2006), de onde extraímos as SDs analisadas, correspondem, a nosso ver, ao perfil de um veículo jornalístico que tem como objetivo central divulgar positivamente o discurso empresarial. As matérias veiculadas em ambas as revistas só trazem exemplos de empresários e empreendedores que implementaram suas idéias com sucesso, fazendo a diferença em seus negócios. Percebemos, então, o direcionamento de sentido, na tentativa de convencer o leitor de que o discurso empresarial é digno de credibilidade. A própria questão do discurso empresarial apropriar-se e/ou incorporar palavras e expressões em inglês confere-lhe um status de competência e modernidade.

Percebemos, assim, que o discurso jornalístico é o grande divulgador do discurso empresarial. Esse discurso (jornalístico) auxilia o discurso empresarial na construção do imaginário do sujeito empresarial. Esse sujeito, que se inscreve no discurso empresarial, é um sujeito moderno que conhece as novas idéias de gestão de empresas. Entretanto, acionando o viés da ideologia, é um sujeito comprometido com a reprodução da ordem capitalista. Dessa forma, mais uma vez, ratificamos que o discurso empresarial é um discurso que veicula na sociedade moderna uma ideologia voltada para o fortalecimento do capitalismo.

A produção de sentidos, no discurso jornalístico, se realiza baseada em um jogo de influências em que atuam impressões dos jornalistas (sujeitos históricos), dos leitores e da linha política dominante no jornal ou na revista.

O discurso jornalístico é considerado como uma modalidade de discurso sobre. “Por esse viés, o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento – o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial – e marca uma diferença com relação ao que é falado,

podendo formular juízos de valor, emitir opiniões, etc., justamente porque não se envolveu com a questão” (MARIANI, 1998, p. 60).

De acordo com Silva (1998), o dizer da imprensa deve dizer a verdade, correspondendo ao desejo de conhecimento do sujeito leitor. Ou seja, a imprensa se situa a partir de uma imagem de credibilidade diante da sociedade. Essa imagem de credibilidade configura diferentes sujeitos leitores.

Ainda, segundo Mariani (1998), o discurso jornalístico deve falar sobre o mundo, retratá-lo, torná-lo compreensível para os leitores. O cotidiano e a história, apresentados nas diversas seções de um jornal, ganham sentido ao serem conectados interdiscursivamente a um “já-lá” dos assuntos em pauta.

Deslocando essas questões para o discurso veiculado nas revistas analisadas, percebemos que ele retrata o mundo empresarial para seus leitores, que são pessoas especialistas em negócios e economia. O discurso empresarial, que circula nessas revistas, procura criar uma imagem positiva das empresas, mostrando-as como organizações competentes, éticas e transparentes. Em AD, essa é a construção do imaginário acerca da empresa. Assim, o efeito de sentido evidenciado pelo discurso empresarial funciona mais para “esconder” do que para “mostrar”. Isso significa que ao mostrar esses aspectos positivos das empresas, o discurso empresarial acaba silenciando/apagando muitos aspectos negativos, tais como: o fato de o mundo dos negócios ser arriscado, discriminatório, cheio de imperfeições. Nenhuma das revistas traz reportagens sobre empresas falidas, que foram incorporadas por grandes grupos financeiros ou sobre empresários que não tiveram sucesso em seus negócios e tiveram, obrigatoriamente, que procurar outra ocupação. Ou seja, silenciam-se dizeres possíveis, mas que não devem ser ditos em uma FD empresarial. Então, esse silêncio também é constitutivo de sentido.

O discurso jornalístico desempenha um papel importante na produção e circulação de consensos de sentido. Isso perpassa jornais e revistas como um todo, apesar do diferente posicionamento político de cada jornal e de cada revista.

3.1.3 O lugar discursivo do jornalista especialista em economia

Ao analisarmos o sujeito que se inscreve no discurso empresarial (sujeito jornalista especialista em economia) é importante que façamos algumas considerações acerca do lugar discursivo, trazendo as reflexões de alguns autores que abordam esse conceito.

Foucault (1997, p. 62), ao definir discurso diz, que “é um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos”. Grigoletto (2005), ao comentar a citação de Foucault, diz que se pensarmos no discurso como um espaço que abriga lugares distintos, além da dispersão do sujeito, podemos pensar na noção de lugar discursivo.

No discurso empresarial, que é o discurso que permeia nosso trabalho, identificamos o lugar discursivo do jornalista especialista em economia. É esse sujeito jornalista que faz falar a voz do empresário e das empresas.

Os lugares discursivos, segundo Grigoletto (2005) são construídos pelo sujeito na sua relação com a língua e a história. Mas isso só acontece porque há uma determinação da formação social que institui determinados lugares, que devem ser ocupados por sujeitos autorizados para isso. Assim, podemos afirmar que lugar social e lugar discursivo se constituem mutuamente, completando-se um ao outro.

Para Grigoletto (2005), o lugar discursivo é uma categoria de análise que se materializa na passagem do espaço empírico, onde estão os lugares sociais, para o espaço discursivo. Assim, o lugar social vai determinar a constituição do lugar discursivo. O lugar discursivo pode abrigar, no seu interior, posições-sujeito diferentes e até contraditórias, por isso é tomado como um espaço constitutivamente heterogêneo.

O lugar discursivo está diretamente relacionado com a forma-sujeito e a posição-sujeito. Isso pode ser explicado pelo fato de que o sujeito, ao ser assujeitado pela FD que o domina, faz surgir o conceito de forma-sujeito, através da qual o sujeito do discurso vai se identificar ou não com a FD que o constitui. A relação que se estabelece entre o sujeito discursivo e a forma-sujeito constitui a posição-sujeito, que é o lugar discursivo ocupado pelo sujeito na estrutura de uma formação social.

Dessa forma, em nossas análises, o sujeito fala do lugar social do jornalista, comprometido com a verdade e a credibilidade, inscrevendo-se no lugar discursivo de jornalista especialista em economia. Nesse sentido, o discurso jornalístico auxilia o discurso empresarial a construir a imagem do sujeito empresarial. Ou seja, quando o jornalista se

inscreve no lugar discursivo de jornalista especialista em economia, ele faz falar a voz do sujeito empresarial e também os saberes que circulam na FD empresarial.

As análises feitas neste trabalho apontam que, no mesmo lugar discursivo, operam duas posições-sujeito diferentes: a posição-sujeito de identificação/incorporação e a posição-sujeito de distanciamento/aderência. Na primeira, o sujeito, ao identificar-se com o discurso empresarial, executa um movimento de incorporação das designações em inglês presentes nesse discurso. Na segunda, o sujeito não se identifica com o discurso empresarial, produzindo um efeito de distanciamento. Nesse caso, o sujeito jornalista se apropria do termo em inglês, mas não o incorpora.

3.2 A constituição do corpus

As seqüências discursivas que constituem nosso corpus foram retiradas de duas fontes: a revista Exame (publicação quinzenal da Editora Abril) e a revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios (publicação mensal da Editora Globo), no período de julho a dezembro de 2006, o que constitui o arquivo do nosso trabalho.

A revista Exame apresenta-se dividida em várias seções, onde podemos encontrar assuntos relacionados com negócios, marketing, tecnologia, finanças e gestão empresarial. As seções que compõem a revista são: negócios, marketing, mundo, gestão, pessoas, tecnologia, finanças, livros, portal Exame, leis & negócios e agenda do líder. É uma revista quinzenal de economia, negócios e finanças, cujas reportagens são direcionadas tanto para as empresas quanto para pessoas físicas que, de uma maneira ou de outra, estejam envolvidas com o mundo dos negócios.

A revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios (2006) é uma publicação mensal, cujo foco é o empreendedorismo. A revista reúne reportagens sobre negócios, franquias, tecnologia, inovação e gestão, seja na área financeira, de recursos humanos, marketing ou estratégia. Também apresenta uma divisão por seções, embora em menor número que a revista citada anteriormente. As seções apresentadas por essa revista são: circuito, negócios & franquias, tecnologia, gestão e vida pessoal.

Ambas as revistas estão repletas de palavras e expressões em língua inglesa, o que foi determinante para que as escolhêssemos para procedermos às análises.

Foram feitos 06 recortes de seqüências discursivas. No primeiro recorte, analisaremos o funcionamento das designações *private equity* em um conjunto de 04 seqüências discursivas. No segundo recorte, será analisado um conjunto de duas SDs com a designação *headhunting* e um conjunto de três SDs com a designação *headhunter*. No terceiro recorte, analisaremos um conjunto de três SDs com a palavra boom. No quarto e quinto recortes, analisaremos um conjunto de duas SDs com as palavras *performance* e *fashion*. No sexto recorte, analisaremos em um conjunto de oito SDs quem são os sujeitos que se inscrevem no discurso empresarial

Assim, então, se constitui o corpus discursivo deste trabalho. É importante salientarmos que a seleção das seqüências discursivas foi feita de acordo com o foco de interesse do nosso recorte teórico e, também, através da verificação de palavras e expressões em inglês que eram mais recorrentes nas duas revistas.

Depois das considerações acerca dos discursos empresarial e jornalístico e dos esclarecimentos a respeito do corpus do trabalho, passamos às análises.

3.2.1 As análises

Conforme afirmamos anteriormente, a seguir são apresentados 06 recortes das seqüências discursivas selecionadas para análise.

3.2.1.1 Recorte 1 – Designação Private Equity

Nesse primeiro recorte, analisaremos os efeitos de sentido evidenciados, pelo mecanismo de funcionamento ideológico, através da apropriação que o discurso empresarial faz das designações *private equity*. Também estaremos atentos aos silenciamentos considerados constitutivos do discurso e os efeitos de sentido produzidos em virtude disso.

Eis as seqüências selecionadas para análise:

- **SD1:** A irrigação de capitais para a bolsa de valores brasileira persistirá por duas razões básicas. A primeira é o fato do dinheiro continuar farto no exterior. A segunda é a **crescente profissionalização das empresas nacionais**, se consolidando